VIA MUNDI

ISSN 1518-1227 Nº 4 ABR-JUN – 2001

BOLETIM DE ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SUMÁRIO

Carta do Editor

A presente edição de *Via Mundi – Boletim de Análise do Estado da Arte em Relações Internacionais* se inicia com artigo de autoria de Paulo Roberto de Almeida e Francisco Rogido Fins sobre o importante processo de resgate de fontes primárias sobre o Brasil nos arquivos norte-americanos ou, em outras palavras, sobre as iniciativas que podem ser empreendidas para facilitar aos pesquisadores interessados nas diferentes vertentes do relacionamento com os EUA a material de pesquisa que é, geralmente, inacessível.

Completam a edição, análises de obras referentes a diversos segmentos do Direito, desde o do consumidor, passando pelo comercial – presente na obra do Ministro Celso Lafer –, até os direitos humanos na América Latina. Além disso, a presente edição compõe-se de resenha da importante obra do diplomata Paulo Pereira Pinto sobre o Sudeste asiático, região para onde pode verter a atenção dos especialistas em política internacional no século XXI, e de análise do livro do Embaixador Lincoln Gordon sobre as relações do Brasil com os EUA. Há a obra de perfil inédito sobre Israel e Brasil, que reúne especialistas de diversas áreas. Some-se a essa, a autobiografia de Abba Ebban, uma das mais importantes personagens da diplomacia israelense. Ainda sobre a Ásia, figura uma análise histórica sobre a questão do Timor Leste, que ultrapassa em termos de interesse o âmbito lusófono, dada a dimensão da tragédia que se abateu sobre a região na época da Guerra Fria. Segue-se análise sobre um interessante relato da história russa, sempre dramática e fascinante, acuradas observações acerca de conjunto de estudos sobre o relacionamento brasílico-argentino, e análise de obra coletiva sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

A pesquisa histórica sobre o Brasil nos arquivos americanos: o resgate de fontes primárias na perspectiva das relações Brasil-EUA

Paulo Roberto de Almeida*
Francisco Rogido Fins**

A identificação e a recuperação, em benefício dos pesquisadores brasileiros, das fontes primárias dos Estados Unidos relativas à história do Brasil independente deve ser vista na perspectiva das relações políticas, econômicas e culturais, entre os dois maiores países do hemisfério americano, como apresentado no presente artigo. A implementação de um projeto sistemático de levantamento e reprodução dessas fontes confirma sua importância para a pesquisa sobre a história econômica, política e social do Brasil, sobre o relacionamento bilateral do País com a potência americana e com os demais parceiros regionais, assim como sobre suas relações internacionais de modo geral.

Os arquivos tradicionais e a hegemonia das fontes européias na pesquisa histórica

O primeiro representante diplomático do Brasil nos Estados Unidos, José Silvestre Rebelo, ministro em Washington de 1824 a 1829, pediu, de volta ao País, que o Legislativo autorizasse o Ministro dos Negócios Estrangeiros a mandar adidos ao estrangeiro a fim de copiar manuscritos importantes relativos ao Brasil. A proposta, junto com as instruções para o primeiro adido, foi aprovada, segundo consta da ata de uma das primeiras sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 em torno da idéia de promover a história e o conhecimento geográfico da Pátria. [1]

Rebelo tinha em mente antes os países ibéricos e os demais países europeus do que os Estados Unidos, já que a jovem república americana ostentava, então, uma história de autonomia política apenas algumas décadas mais longa do que a do próprio Império do Brasil. Assim foi feito: o primeiro pesquisador público brasileiro, José Maria do Amaral, foi removido da Legação em Washington, por decreto de 23 de agosto de 1939, para as representações em Madri e Lisboa, a fim de, segundo informa José Honório Rodrigues, "coligir documentos que pudessem interessar à história do Brasil, na conformidade das instruções que enviaria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o qual deveria manter-se em constante e direta correspondência". Mas Amaral, nas palavras de Honório, "não estava preparado para essas tarefas, ao contrário de Varnhagen, que o [iria] substituir". [2] Varnhagen, nomeado adido de primeira classe em Lisboa em 1842, passa o restante dessa década na capital portuguesa e em Madri, fazendo anotações nos arquivos e copiando documentos que ele julgava relevantes para a nossa história política. Daí resultaria a *História Geral do Brasil*, publicada entre 1854 e 1858, quando Varnhagen já tinha sido nomeado secretário do Instituto.

De fato, as principais fontes para a história colonial brasileira encontram-se nos arquivos portugueses e espanhóis, complementados pelos da França, dos Países Baixos, da Inglaterra e da Itália, como confirmado pela seleção de países integrantes da primeira fase do Projeto Resgate "Barão do Rio Branco" que, sob a coordenação do Ministério da Cultura (contando com a orientação técnica de Esther Caldas Bertoletti), vem efetuando a compilação da documentação histórica sobre o Brasil colonial existente no exterior. O Projeto Resgate, estimulado pelas comemorações dos 500 anos do descobrimento, realizou um magnífico empreendimento que resultou na publicação, em cooperação com as secretarias estaduais de cultura, fundações locais e universidades, de coleções inteiras de documentos manuscritos avulsos e em códices, coletados basicamente nos arquivos portugueses. Os documentos originais foram microfilmados e depois digitalizados, tendo sido oferecidos a bibliotecas e universidades em formato de CD-ROMs, acompanhados dos respectivos catálogos impressos.
O Projeto Resgate encontra-se igualmente publicando guias das fontes primárias sobre o Brasil colonial nos arquivos europeus mais importantes nessa área: holandeses, espanhóis, franceses e italianos.

* Diplomata. Doutor em Ciências Sociais (http://pralmeida.tripod.com; pralmeida@brasilemb.org);
** Mestre em História pela UFRJ (rogido@earthlink.net).

[1] Sessão de 7 de junho de 1839, in Revista do IHGB, t. 1, pp. 151, 257-59, apud José Honório Rodrigues, *A Pesquisa Histórica no Brasil*, 3ª ed., São Paulo : Companhia Editora Nacional; Brasília, INL, 1978, p. 39.

[2] Cf. Rodrigues, op. cit., p. 39.

As novas fontes e a importância dos Estados Unidos no período republicano

Se a história colonial do Brasil pode, a rigor, dispensar a consulta a arquivos americanos (a despeito de algumas excelentes coleções de manuscritos e de obras raras relativas ao período, existentes na Library of Congress ou em bibliotecas universitárias como a John Carter Brown ou a Oliveira Lima), o período independente e, sobretudo, o republicano não podem, em qualquer hipótese, excluir as fontes primárias existentes nos Estados Unidos. Os dois países têm uma longa história de relações diplomáticas, que vem desde antes da independência (o primeiro ministro americano se instalou no Rio de Janeiro em 1809) e se prolonga até os dias de hoje (com algumas breves interrupções no período monárquico). Dada a intensidade dos vínculos econômicos, culturais, militares e de vários outros tipos, não se pode negar a importância dos Estados Unidos para a história brasileira, sobretudo ao longo do século republicano.

Com efeito, as relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos no século XX passaram por diferentes situações e atitudes por parte dos dois governos, da aproximação à indiferença, da desconfiança à aliança militar, de uma cooperação tida por exemplar à competição desigual, nas diversas fases de um relacionamento que constituiu um elemento central da diplomacia brasileira, mas que representou, para os EUA, um aspecto secundário de sua afirmação hegemônica no mundo contemporâneo. Na esfera da sociedade, da economia e da projeção estratégica, a "presença americana", na expressão de Moniz Bandeira, [3] é propriamente avassaladora e as relações bilaterais tornaram-se crescentemente intensas, sobretudo nas áreas cultural e dos investimentos privados, à medida em que o Brasil se inseria cada vez mais nos circuitos internacionais. Essas diversas fases do relacionamento bilateral estão perfeitamente consignadas nos arquivos americanos, como um levantamento preliminar permitiu detectar.

A Embaixada do Brasil em Washington, que por iniciativa do Embaixador Rubens Antônio Barbosa já lançou programas ou centros de estudos brasileiros nas universidades de Georgetown e Columbia e está coordenando a edição do *Guide to the Study of Brazil in the United States, 1945-2000*, está propondo a abertura de um novo capítulo no Projeto Resgate, dedicado desta vez às fontes primárias existentes nos arquivos americanos. Como escreveu ele, "São milhares de páginas — a maior parte já microfilmada — que, pela densidade analítica e por sua importância intrínseca (dada a centralidade dos EUA na história brasileira, sobretudo depois dos anos 30), apresentam interesse para os pesquisadores dedicados ao estudo da inserção do Brasil no cenário mundial e a questões variadas do próprio ambiente doméstico". [4]

Os Estados Unidos — enquanto primeira potência hemisférica no século XX e principal potência planetária desde o final da Segunda Guerra Mundial — estiveram presentes em todos os lances importantes da diplomacia brasileira nesse período, assim como ocuparam grande parte da interface externa do Brasil no campo econômico, científico, cultural e tecnológico no último meio século. As relações foram (ainda são) marcadas por uma evidente assimetria nos planos econômico, tecnológico e militar, ainda que o Brasil tenha buscado introduzir, no plano diplomático, maior equilíbrio político, com base na reciprocidade e na igualdade de tratamento.

A pesquisa sobre as relações Brasil-EUA a partir das fontes primárias americanas

Uma agenda de pesquisas, tomando como base os papéis disponíveis para consulta nos arquivos americanos, abriria espaço para novas interpretações sobre a história interna e sobre a inserção externa do Brasil ao longo do século XX, com ênfase no relacionamento bilateral. Os avanços concentuais e metodológicos da disciplina histórica no Brasil, assim como a superação de velhos preconceitos políticos justificam essa "revisão" das imagens recíprocas, geradas ao longo do regime varguista, nas crises político-militares da presidência Kubitschek e em especial na transição para um regime de força e na construção de um regime autoritário-modernizador no Brasil, na primeira metade da ditadura militar. Para esse período, os arquivos americanos estão praticamente abertos. Quais seriam, em consequência, os grandes temas de interesse no relacionamento bilateral nos primeiros oitenta anos do século XX, a partir de uma utilização extensiva dos arquivos americanos?

Os desníveis de desenvolvimento entre os dois países já eram evidentes entre o final do século XIX — quando se assistiu a uma primeira tentativa de integração comercial hemisférica patrocinada pelos EUA, na primeira conferência internacional americana de 1889-1890, um precedente histórico para a Alca — e o início do século XX. A partir de 1902, o Barão do Rio Branco, armado de uma concepção diplomática baseada no equilíbrio de poderes (competição com a Argentina pela

[3] L. A. Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973; 2ª ed., rev.: *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização: I - Presença dos EUA no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC-São Paulo, 1998.

[4] Cf. Rubens A. Barbosa, "A história do Brasil nos arquivos dos Estados Unidos", *Folha de São Paulo*, 16.02.2001, p. 3, artigo disponível em: http://www.brasilemb.org/arquivos/01_apresenta.htm.

hegemonia regional), opera uma política de aproximação com os EUA. Brasil e Argentina buscarão em vários momentos capturar a atenção dos EUA na busca de uma "relação especial" que sempre revelou-se ilusória. O gigante do Norte tinha proclamado o corolário Roosevelt à doutrina Monroe, justificando suas intervenções no entorno imediato como o exercício de um papel de polícia segundo "padrões de civilização" estabelecidos de comum acordo com as potências européias. Alguns dos papéis mais relevantes para o estudo dessas questões não se encontram necessariamente no chamado Record Group 59 — papéis diplomáticos do Departamento de Estado — mas no grupo 43 — conferências internacionais — onde a série 43.2.7 cobre os primeiros dez encontros do sistema interamericano.

A República brasileira introduziu princípios alternativos de política externa, como o pan-americanismo, área na qual o Império tinha mantido um relativo isolamento em relação às repúblicas do hemisfério.
O relacionamento tem uma boa partida nos episódios iniciais de afirmação da República, quando, por ocasião das intervenções estrangeiras durante a revolta da Armada, os EUA vêm em auxílio do novo regime, contra as inclinações monarquistas de algumas potências européias. Na vertente comercial, um primeiro sucesso é registrado com a assinatura do acordo comercial de 1891, garantindo o acesso do café e do açúcar em condições favorecidas no mercado americano, com a contrapartida da redução das tarifas brasileiras aplicadas a manufaturas e farinhas dos EUA. Esse acordo não vigorou por muito tempo, uma vez que, em 1895, o presidente McKinley, sob pressão de lobbies setoriais, introduzia uma tarifa protecionista terminando assim com os regimes preferenciais negociados anteriormente. As pesquisas respectivas de Steven Topik, pelo lado americano, e de Clodoaldo Bueno, pelo lado brasileiro, já desvendaram vários meandros diplomáticos da primeira década republicana, mas uma nova consulta aos papéis diplomáticos desse período certmente trará novas luzes sobre uma fase extremamente complexa da história brasileira. [5]

Pelo resto da República velha, as relações bilaterais serão distantes, operando-se, contudo, a gradual substituição de hegemonias na esfera financeira e dos investimentos, a partir do momento em os EUA se convertem em exportadores de capitais, inclusive para o Brasil, que passa do domínio da libra ao do dólar. Credores americanos participam do esquema financeiro do primeiro plano de apoio ao café (1906), que constitui um exemplo de política anti-cíclica para resolver uma crise de demanda. Essa política de retenção de estoques para sustentação dos preços externo do café despertou entretanto a ira de importadores e grupos de consumidores dos EUA, que exigem de seu Governo ações concretas contra a política oficial brasileira a pretexto de práticas anti-concorrenciais. As pesquisas nos arquivos americanos para essa fase são dificultadas pelo fato de que, entre 1906 e 1910, o Departamento de Estado introduziu um confuso sistema de classificação de documentos, o que fez com que os expedientes relativos ao Brasil ficassem dispersos em diferentes maços, que cumpriria, precisamente, identificar, reunir e copiar.

A República dos "bacharéis" busca inserir o Brasil no "concerto das nações", mediante o envolvimento na Guerra e na ulterior experiência da Liga das Nações, motivo de uma das grandes frustrações na história da diplomacia brasileira. Os EUA, que tinham patrocinado o surgimento da Liga, mantêm-se contudo fora dela, tendo o Brasil abandonado o órgão em 1926. Tanto por parte das grandes potências européias, como no caso dos EUA, o Brasil se vê confrontado a posturas externas que vão do desprezo e da soberbia ao que mais tarde se chamaria de *benign neglect*. O período de Roosevelt — que coincide grosso modo com a era Vargas — modificará em parte a postura isolacionista de seus predecessores, buscando uma nova relação com os vizinhos da América Latina, mas ele também coincide com a crise econômica, o fechamento dos mercados e a ruptura dos equilíbrios internacionais. Os EUA emergem como a potência militar incontrastável do pós-Segunda Guerra e o Brasil fará as apostas corretas ao se aliar aos esforços de guerra e consolidar seu alinhamento ideológico desde o início da Guerra Fria. É o começo da americanização do Brasil, processo já analisado por pesquisadores dos dois países. [6]

O Brasil participa, desde a conferência de Bretton Woods (1944), da construção de uma nova ordem econômica mundial dominada pelos princípios do liberalismo de tipo americano. Aqui, novamente, a série 43, relativa às conferências internacionais, é extremamente rica para uma pesquisa cuidadosa sobre muitos dos temas em relação aos quais o Brasil participava como mero espectador, apresentando, se tanto, propostas tendentes à simples estabilização dos preços das "matérias-primas", vale dizer, o café. A "opção americana" assumida com maior ou menor ênfase pelos governos brasileiros na era da bipolaridade não impediu a emergência de uma diplomacia do "desenvolvimento" no Brasil, como revelado nos diversos maços de conferências econômicas do imediato pós-guerra, sobretudo no contexto hemisférico. No mesmo contexto diplomático, seria preciso consultar e

[5] Cf. Steve Topik, *Trade and Gunboats: The United States and Brazil in the Age of Empire*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1996; Clodoaldo Bueno, *A República e sua Política Exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

[6] Cf. Gerson Moura, *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1986; Gerald K. Haines, *The Americanization of Brazil: a study of U.S. cold war diplomacy in the Third World, 1945-1954*. Wilmington, Del.: SR Books, 1989

recuperar os papéis relativos ao Brasil do Escritório de Assuntos Inter-Americanos, que, entre 1937 e 1951, foi politicamente proeminente nas relações dos Estados Unidos com os países do hemisfério.

Não obstante a doutrina da "segurança nacional", o panamericanismo justifica os esforços da diplomacia para a "exploração" da carta da cooperação com a principal potência hemisférica e ocidental. É nesse quadro de barganhas políticas e de interesse econômico bem direcionado que o Brasil empreenderá sua primeira iniciativa multilateral regional, a Operação Pan-Americana, proposta pelo Governo Kubitschek em 1958 e da qual resultará, numa primeira etapa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e, mais adiante, a Aliança para o Progresso. Mais uma vez, as séries relativas ao relacionamento diplomático bilateral e às conferências americanas são extremamente relevantes para uma nova análise dessa fase de grandes inovações na diplomacia brasileira.

A prática da política externa independente, nos conturbados anos Jânio Quadros-João Goulart, representa uma espécie de parênteses inovador num *continuum* diplomático dominado pelo conflito Leste-Oeste. O impacto da revolução cubana e o processo de descolonização tinham trazido o neutralismo e o não-alinhamento ao primeiro plano do cenário internacional, ao lado da competição cada vez mais acirrada entre as duas superpotências pela preeminência tecnológica e pela influência política junto às jovens nações independentes. Não surpreende, assim, que a diplomacia brasileira comece a repensar seus fundamentos e a revisar suas linhas de atuação, em especial no que se refere ao tradicional apoio emprestado ao colonialismo português na África e a recusa do relacionamento econômico-comercial com os países socialistas. A aliança preferencial com os Estados Unidos é pensada mais em termos de vantagens econômicas a serem negociadas do que em função do xadrez geopolítico da Guerra Fria. Para esse período, novos papéis estão sendo continuamente trazidos à luz pelo projeto de pesquisa histórica da Guerra Fria, mediante o apelo sistemático ao *Freedom of Information Act* (FOIA). Esse projeto (Cold War International History Project, www.cwihp.si.edu), administrado pelo Woodrow Wilson International Center for Scholars, funciona desde 1991 numa base inter-universitária, podendo abrir novas vertentes para a pesquisa sobre o envolvimento da América Latina e do Brasil nas peripécias político-militares da Guerra Fria.

A situação de ambigüidade nas relações diplomáticas com os Estados Unidos ao longo da "democracia populista" dura pouco, uma vez que já em 1964 se opera uma volta ao alinhamento. Entretanto, o reenquadramento do Brasil no "conflito ideológico global" representa mais uma espécie de "pedágio" a pagar pelo apoio dado pelos Estados Unidos no momento do golpe militar contra o regime populista do que propriamente uma operação de reconversão ideológica da diplomacia brasileira. Os papéis americanos revelam, contrariamente a certas correntes de interpretação histórica no Brasil (que tendem a ver uma "uniformidade adesista" na orientação pró-americana do novo regime), um jogo sutil, bastante complexo, entre diplomatas ideologicamente comprometidos com a "nova aliança" e outros, provavelmente a maioria, favoráveis à continuidade de uma postura própria nos assuntos internacionais e regionais. Em todo caso, os papéis diplomáticos precisam nesse particular ser complementados por documentos da área de inteligência, para um panorama mais detalhado do período.

Em todo caso, observa-se um curto período de "alinhamento político", durante o qual o Brasil adere estritamente aos cânones oficiais do panamericanismo, tal como definidos em Washington. Ocorre, numa seqüência de poucos meses, a ruptura de relações diplomáticas com Cuba e com a maior parte dos países socialistas, assim como a participação na força de intervenção por ocasião da crise da República Dominicana. A política multilateral, de modo geral, passa por uma "reversão de expectativas", para frustração da nova geração de diplomatas que tinha sido educada nos anos da política externa independente. Os arquivos diplomáticos são excepcionalmente prolíficos nesse período inicial do regime militar, que assiste à promoção do ex-embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, antigo acadêmico convertido à diplomacia, ao status de Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos. [7]

No plano econômico, a volta à ortodoxia na gestão da política econômica permite um tratamento mais benigno da questão da dívida externa, seja no plano bilateral, seja nos foros multilaterais do Clube de Paris ou nas instituições financeiras internacionais, como o FMI. É sintomático que a única assembléia conjunta das organizações de Bretton Woods a realizar-se no Brasil, tenha tido por cenário o Rio de Janeiro da primeira era militar, em 1967, quando se negocia a instituição de uma nova liquidez para o sistema financeiro internacional, o Direito Especial de Saque do FMI. Os papéis relevantes para essas questões não são mais os diplomáticos e sim os do Departamento do Tesouro, que conformam uma série à parte dos arquivos americanos, com subseções para os assuntos internacionais, em especial para as assembléias das instituições de Bretton Woods.

Tem início no Brasil, a partir de 1967, uma fase de "revisão ideológica" e

[7] O embaixador Lincoln Gordon está publicando nos Estados Unidos, com previsão de rápida tradução e publicação no Brasil, de seu esperado livro sobre o desenvolvimento político e econômico do Brasil no último meio século, *Brazil's Second Chance*, no qual inseriu um apêndice sobre a questão da participação americana no momento do golpe militar de 1964.

de busca de autonomia tecnológica. A atitude "contemplativa" em relação aos EUA cede lugar a uma diplomacia profissionalizada, preocupada com a adaptação dos instrumentos de ação a um mundo em mutação, e instrumentalizada para o atingimento dos objetivos nacionais de crescimento econômico. Praticou-se uma "diplomacia do desenvolvimento", consubstanciada na busca da autonomia tecnológica, inclusive nuclear, com a afirmação marcada da ação do Estado no plano interno e externo, mesmo à custa de conflitos com os EUA (denúncia, em 1977, do acordo militar de 1952, por motivo de interferência nos "assuntos internos" do País, de fato na questão dos direitos humanos). Observa-se no período a confirmação da fragilidade econômica do País, ao não terem sido eliminados os constrangimentos de balança de pagamentos que marcaram historicamente o processo de desenvolvimento: as crises do petróleo, em 1973 e 1979, seguida pela da dívida externa, em 1982, marcam o começo do declínio do regime militar.

O Projeto Resgate-EUA: situação atual e perspectivas

Em contraste favorável com a relativa dispersão dos arquivos europeus, os mais importantes papéis americanos encontram-se concentrados nos National Archives and Records Administration (NARA), localizado em College Park, no estado de Maryland, região metropolitana de Washington (ver a disponibilidade de documentos microfilmados por país no link: http://www.nara.gov/publications/microfilm/diplomatic/diplo-7.html). Graças aos esforços empreendidos em meados dos anos 80 pelo sociólogo Luciano Martins, hoje embaixador do Brasil em Havana, boa parte dessa documentação microfilmada já se encontra disponível no Brasil. O Arquivo Histórico Diplomático, no Itamaraty do Rio de Janeiro, possui os papéis diplomáticos relativos ao século XIX, na verdade de 1809 a 1906, ademais de expedientes consulares emanados de dez postos, com destaque para o próprio Rio de Janeiro. O Arquivo Nacional conserva outra série de papéis diplomáticos, desde 1910 até 1959, com exceção dos expedientes relativos ao período da Segunda Guerra e do período 1906-1910, cujos microfilmes a Embaixada em Washington poderia adquirir tão pronto disponha de recursos para tanto (o material disponível no Brasil pode ser conferido no link http://www.brasilemb.org/arquivos/).

Uma outra parte da documentação do NARA com relevante potencial para uma pesquisa sobre aspectos diversos da história do Brasil ainda não foi totalmente microfilmada ou não está devidamente catalogada em bases geográficas e, de toda forma, não encontra-se disponível para consulta no Brasil. Encontram-se eventualmente nessa situação papéis do Tesouro (os arquivos se estendem de 1775 a 1990), do Departamento do Comércio (1898-1982), do Eximbank (1933-1975), da Comissão de Energia Atômica (1923-75), da International Trade Commission (1882-1971), dos antecessores do US-Trade Representative (1934-78), sem esquecer os arquivos presidenciais (como os de Truman, Eisenhower, Kennedy, Johnson, Carter e Reagan, para ficar nos mais conhecidos) e os papéis da própria CIA, cujos antecedentes funcionais remontam a 1894. Estes últimos podem ser requisitados para consulta mediante o dispositivo do FOIA, mas o prazo para que os documentos sejam liberados após a requisição pode variar, por razões administrativas, de três a seis meses. A implementação do Projeto Resgate-EUA poderia completar as lacunas existentes na documentação, por meio de um apelo sistemático ao FOIA nas séries relevantes.

A Embaixada em Washington está realizando um levantamento preliminar sobre o conjunto das fontes documentais do NARA sobre o Brasil e pretenderia, mediante a implementação do Projeto Resgate-EUA, realizar as seguintes tarefas:

(c) identificação precisa dos arquivos existentes e sua quantificação preliminar, nos formatos disponíveis (microfilmes, textuais, iconografia, audiovisuais);
(b) preparação de um Guia sintético realizando esse inventário para fins de informação dirigida à comunidade dos pesquisadores brasileiros e à sociedade civil;
(c) catalogação precisa dessas fontes primárias, envolvendo, numa primeira etapa, a documentação diplomática, estendendo-se posteriormente a arquivos adicionais;
(d) aquisição dos microfilmes disponíveis no NARA, bem como reprodução de material relevante ainda não microfilmado, segundo escala de prioridades a ser definida (iniciando provavelmente pelo material dos anos 60).

Com base na catalogação será possível iniciar-se a reprodução dos documentos ainda não disponíveis no Brasil, sua transferência a arquivos brasileiros e sua transposição em formato digital. A documentação assim recolhida poderá ser colocada à disposição dos arquivos brasileiros (Arquivo Nacional e Arquivo Histórico Diplomático), da Biblioteca Nacional, bem como, mediante sua reprodução em meio eletrônico, de outros centros de pesquisa e universidades interessadas. Ele deverá igualmente integrar a base de dados do Projeto Resgate, que está sendo preparada pelo MinC para divulgação via Internet. O Projeto Resgate-EUA, cuja efetivação depende da obtenção de recursos de fontes oficiais e privadas, pode ser visto como uma demonstração da dedicação e seriedade com que iniciativas de tipo acadêmico vem sendo conduzidas pela Embaixada do Brasil em Washington.

Apontamentos sobre o tratamento dado à proteção do consumidor na União Européia

Lucia Elena Arantes Ferreira*

A União Européia precisou enfrentar o mesmo conflito que, inevitavelmente, é objeto de discussão atual no MERCOSUL, a respeito da proteção dos consumidores e da livre circulação de produtos e serviços. O objetivo do artigo é mostrar a visão de juristas europeus sobre este tema.

Inicia-se o estudo com Bourgoignie e Gillardin [1], que relatam,que, desde o Tratado de Roma (1957), que instituiu a Comunidade Econômica Européia, o consumidor tinha pouco enfoque e se observava a total abstenção sobre uma política específica em relação a ele. A preocupação com as relações de consumo passa a ser reconhecida comunitariamente somente em 1972, quando uma nova percepção sobre os interesses dos consumidores obriga a CEE a redefinir os critérios de suas políticas de livre circulação de mercadorias entre os Estados –membros.

É, em outubro de 1972, através de uma Conferência de Chefes de Estados e de Governo da Comunidade Européia, reunida em Paris, que se afirma a necessidade de um programa comunitário de ação em favor dos consumidores. A Conferência conclui que a expansão econômica não poderia constituir um fim em si mesma, mas deveria sim atenuar a disparidade das condições de vida. A Comissão Européia recebeu a incumbência para que fosse formulada, até 1974, uma política comunitária de proteção ao consumidor.A partir de então, cinco direitos fundamentais são reconhecidos ao consumidor: proteção a sua saúde e segurança, proteção de seus interesses econômicos, reparação dos danos, informação e educação e representação (direito de ser ouvido).

A mesma conotação é dada por Fabrice Picod, em seu artigo publicado em 1998[2], ao afirmar que somente algumas disposições esparsas no Tratado de Roma faziam referência aos consumidores e, com a falta de disposição específica, as instituições comunitárias se baseavam nas disposições gerais relativas à realização do mercado comum e nas políticas comuns para proteger o consumidor. Somente em 1992, com a consagração do Tratado de Maastricht, a proteção do consumidor viria especificamente elencada - artigo 129-ª.

Mais recentemente, Hélène Bureau, em sua tese publicada em 1999[3], argumenta que, se cada país membro da União Européia tem uma visão e uma regulamentação própria sobre o direito do consumidor, alguns destes são mais protetores do que os outros, e as trocas comerciais internacionais não podem ficar à margem deste desequilíbrio. Segundo a autora, a abertura do mercado único facilitou a atividade dos fornecedores, que passaram a oferecer seus produtos em outros mercados, além do nacional. A utilização crescente dos meios de comunicação como o fax e a internet permitiu o recebimento da oferta e da prestação de serviço sem a necessidade de locomoção.

Em conseqüência, Hélène Bureau ensina que, não se pode mais falar em contratos “fronteiriços”, mas sim em contratos “transfronteiriços” de consumo, ou seja, não se pode mais supor que estes contratos apenas se vinculem àqueles que residem numa zona limítrofe entre os países. Esta nova modalidade contratual apresenta um elemento de *estraneidade* que o diferencia dos demais e pode ser subjetivo - a nacionalidade das partes - ou objetivo - o local de execução do contrato.

A tese reconhece que, numa relação de consumo estritamente nacional, já existe um desequilíbrio de forças entre o fornecedor e o consumidor e o direito do consumidor tende a atenuá-lo. O consumidor hesita em fazer valer os seus direitos por uma questão social; ele é crédulo e acredita no que diz o fornecedor, ou por ordem psicológica, ou por temer os tribunais, ou por um fator econômico: o valor envolvido no litígio é pequeno e desmotiva a busca pela justiça.

Estas considerações são ampliadas numa relação que envolve distintos Estados, pois é provável que o consumidor ignore a lei que rege o contrato e a jurisdição estrangeira, assim como desconhece a complexidade do sistema judiciário que existe nos diversos

---

*Advogada, Especialista em Relações Internacionais pelo NUPRI/USP e mestranda pelo PROLAM/USP.

[1] BOURGOIGNIE, Thierry, GILLARDIN, Jean. *Droit des Consommateurs, clauses abusives, pratiques du commerce et réglementation des prix*. Bruxelles: Facultés Universitaires Saint-Louis, 1982.

[2] PICOD, Fabrice. Les Fondements Juridiques de la Politique Communautaire de Protection des Consommateurs. In: *Vers un Code Europeen de La Consommation*. Bruxelles: Bruylant,1998, p.73.

[3] BUREAU, Hélène. *Le Droit de la Consommation Transfrontière*. Paris: LITEC,1999.

países, o que acaba por influenciar na renúncia dos seus direitos.

Neste contexto, a autora afirma que, a elaboração de regras eficazes de proteção ao consumidor se torna indispensável. As Diretivas, publicadas até o momento, não se referem exclusivamente às dificuldades enfrentadas pelos litígios "transfronteiriços", mas, na maior parte, tendem a harmonizar as diversas legislações nacionais de cada país membro. E, é reconhecido que, ao se aproximar as leis de cada Estado, a tendência é a diminuição dos riscos de litígio, uma vez que os mesmos fatos serão punidos em vários países.

No entanto, ainda hoje na UE, estas normas de direito comunitário asseguram uma proteção mínima ao consumidor; e não cobrem todos os domínios. O processo de integração no direito interno é lento, e, em muitos Estados, não há vontade política neste sentido. A autora propõe que, muitas vezes seja preciso recorrer às regras gerais de direito internacional privado de cada Estado parte e às diversas convenções internacionais para que se possam resolver os litígios. Estas regras de conflito de jurisdição permitem determinar o Estado no qual o tribunal será competente para a ação, assim como as condições para que a decisão tenha validade em outro país.

Observa-se que, apesar dos problemas ainda existentes no que se refere à adequada proteção dos consumidores no âmbito da União Européia, houve um significativo desenvolvimento, e isso demonstra que um amadurecimento do tema no âmbito do Mercosul somente virá com o esforço e dedicação daqueles que acreditam no potencial do bloco.

Comércio, Desarmamento, Direitos Humanos*

Camila Cavalcanti Teixeira**

Por ser um livro de dimensões reduzidas, a aparência de *Comércio, Desarmamento, Direitos Humanos* acaba por provocar, à primeira vista, certa suspeita quanto à profundidade do conteúdo tratado ou mesmo quanto à qualidade dos conhecimentos ali contidos. Essa impressão inicial desfaz-se logo quando se detêm os olhos sobre seu autor. Celso Lafer é um dos maiores especialistas do país em Direito Internacional. Professor titular do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade de São Paulo (USP), Lafer se destaca entre os intelectuais brasileiros também pela sua já extensa vida pública, como Ministro das Relações Exteriores (no governo de Fernando Collor, em 1992, e novamente no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo sido empossado desta feita em 2001), Ministro do Desenvolvimento (1999) e Embaixador do Brasil junto a organismos internacionais em Genebra.

Nessa obra, o autor se propõe a elaborar uma espécie de relatório de sua gestão em Genebra, como Presidente do Órgão de Solução de Controvérsias e do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio, e, ao mesmo tempo, representante brasileiro nas Nações Unidas e na Conferência do Desarmamento. O resultado é uma coletânea de textos de linguagem clara e conteúdo significativo, reunidos em três partes distintas, que analisam alguns dos principais aspectos do cenário internacional de destaque em sua atuação diplomática. Apesar de uma certa ausência de coesão entre os ensaios, o que acaba conduzindo a uma reincidência dos conceitos centrais da tese do autor, não há comprometimento da qualidade da obra, nem cansaço em sua leitura.

Os três principais temas desenvolvidos no livro se inserem em campos fundamentais das Relações Internacionais, a saber: campo estratégico-militar (de que faz parte a Conferência do Desarmamento), campo econômico (tendo a OMC como *locus* da cooperação e dos conflitos comerciais) e o campo dos valores (em que a discussão sobre a abrangência dos Direitos Humanos é ponto central).

Sua reflexão identifica a pertinência de 3 leituras, que se vinculam diretamente aos 3 campos anteriores na análise do ambiente internacional. A primeira delas, o paradigma hobbesiano-maquiavélico, considera a sociedade internacional como o "Estado de Natureza", caracterizado pela anarquia e pelo predomínio de Estados soberanos no exercício da política do poder. Em contraposição a ela, a visão grociana vem destacar as possibilidades de cooperação internacional e a convergência de interesses entre os Estados. Nesse ambiente, teria papel fundamental o Direito Internacional como indutor da interdependência crescente e de um progressivo grau de colaboração. O paradigma kantiano, por sua vez, amplia a visão grociana e admite a inserção da razão abrangente na busca pela paz, oferecendo relevo aos chamados temas globais, dentre os quais estão Democracia, Direitos Humanos e o próprio conceito de Paz.

A importância dessas visões – e aí se percebe a pertinência e a relevância das análises do autor – reside na percepção de que o predomínio de uma delas, em determinado período histórico, influencia a evolução dos temas centrais da obra. De fato, ao elucidar essa íntima relação, o autor permite destacar ainda a visão da política externa brasileira acerca dessas questões.

Primeiramente, ele se dedica à reflexão do papel que a OMC vem assumindo no cenário internacional. Esse organismo surge como a primeira organização de caráter universalista e sua criação envolveu a superação da relação contratual de menor amplitude que representava o GATT. Ela viria contribuir para a promoção dos interesses comuns, por normas de cooperação mútua, implementando a interdependência e a diluição de barreiras, tarifárias ou não. Para isso, criou-se um arcabouço técnico e normativo, por meio das chamadas medidas para construção de confiança, que ampliam a transparência da OMC e a participação de seus membros nas decisões da organização. Integram esses esforços a publicação periódica de revisões de política comercial, um Sistema de Solução de Controvérsias, que fortalece o multilateralismo comercial e administra conflitos, e o processo decisório pautado pela construção do consenso entre seus membros e que reforça a aceitabilidade das decisões.

Em síntese, a OMC, norteada por esses princípios, concretizaria a visão grociana de cooperação geral em meio a

---

*LAFER, Celso. *Comércio, Desarmamento, Direitos Humanos – Reflexões sobre uma experiência diplomática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: FUNAG, 1999, 202 p.

**Bacharelanda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília –UnB.

conflitos e de interação organizada entre os países que a integram. Essa percepção entusiasta do autor, freqüentemente notada em análises de diplomatas, vem de encontro ao que os fatos cada vez mais evidenciam: as limitações da atuação multilateral da OMC e a crise por que tem passado a organização. Convém expor algumas assertivas quanto a esse tema, sem deixar de considerar nossa posição temporal favorecida em relação à do autor (1998).

O fracasso resultante da Terceira Conferência Ministerial da OMC (em dezembro de 1999), que não foi capaz de alcançar um consenso para definir a pauta de negociações da Rodada do Milênio, vem colocar em xeque a profundidade dos princípios liberais, principalmente na agricultura, marcadamente afetada por subsídios e restrições não-tarifárias na Europa e no Japão, em prejuízo dos países em desenvolvimento. Na primeira parte, Celso Lafer não aprofunda essa discussão acerca das assimetrias de poder no interior da OMC, apesar de admitir sua existência, nas partes posteriores a abordagem torna-se mais lúcida e consistente.

Quanto ao tema do Desarmamento, o autor observa como as mudanças decorrentes do fim do sistema de polaridades definidas vêm corroborar para um repúdio crescente à proliferação de armas e para a falência da lógica imposta por uma visão maquiavélica-hobbesiana das Relações Internacionais. Pelo contrário, o novo clima internacional facilita a concretização de aspirações pelo desarmamento, de que é exemplo a progressiva absorção de novos países na ratificação do Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

Entretanto, esse empenho se configura lento e marcado por percalços e resistências, seja das grandes potências em desembolsar volumosos recursos para a destruição de arsenais e gestão de riscos, seja de países menores que ainda permanecem à margem do regime de não-proliferação, como Índia e Paquistão. Pouco se nota que o desejo dos "dividendos pela paz", transferência de recursos gastos com armamentos para ser empregados no estímulo ao desenvolvimento, tenha se concretizado. Também a lógica da fragmentação do mundo contemporâneo, exposta pelas sublevações, conflitos étnicos, guerras civis que assolam as mais remotas regiões do planeta, impõe limitações ao êxito no combate à manutenção de armamentos.

No âmbito dos Direitos Humanos, a evolução de sua tutela internacional é perpassada em suas fases pelas três leituras: desde a visão maquiavélica-hobbesiana, em que os Direitos Humanos se circunscreviam ao poder soberano dos Estados; passando pela abordagem grociana da Sociedade das Nações, em que se afirmava o princípio das nacionalidades como critério da legitimidade internacional e para evitar a conflagração de guerras; até uma análise kantiana consolidada na Carta da ONU, uma vez que, a partir de então, os Direitos Humanos se tornaram tema global. Essa última visão representa um marco na percepção da importância dos Direitos Humanos como valor norteador das ações estatais, além de sua inexorabilidade. Além da Carta da ONU, têm destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Conferência de Viena, em seu esforço pelo fim da seletividade e pela definição de um caráter universal na defesa incondicional dos Direitos Humanos.

Ainda nessa parte, o autor tece considerações extremamente conscientes sobre o papel da ONU na defesa dos Direitos Humanos, bem como sobre as deformidades do mecanismo decisório dessa organização. Em suas próprias palavras:

> "Por trás da persuasão e da pressão (no foro da ONU) existem motivações kantianas nobres e éticas, e motivações grocianas de cooperação interessada, de natureza política, estratégica ou econômica. Os pesos relativos dos países se espelham, no entanto, à maneira do realismo hobbesiano-maquiavélico, em todas as decisões de relevância adotadas pelas Nações Unidas" (p.173).

Em função dessas limitações, além do já mencionado impacto desagregador dos conflitos internacionais, o consenso kantiano é frágil e de realização e aprofundamento restritos e penosos.

Como um balanço final do relato diplomático, o que permanece como aspecto primordial da tese do autor, relevando-se alguns rasgos de otimismo kantiano, é seu caráter elucidativo quanto a temas de substancial importância no sistema internacional contemporâneo e a vinculação permanente que estabelece entre as dimensões da Política e da Ética, ambos conceitos mutáveis, conforme o contexto histórico, como se pode inferir pela leitura. É essa análise singular que assegura a todos que se interessam por política internacional o livro de Celso Lafer.

*Minorias: Proteção Internacional em Prol da Democracia**

Daniel Lavarda Sinegaglia**

A questão da proteção internacional de minorias ganha marcada relevância em meio aos eventos que caracterizam a realidade internacional contemporânea. As notáveis transformações no cenário internacional, ocorridas a partir de 1989, que culminaram com a derrocada do bloco comunista e o com fim da Guerra Fria marcaram o surgimento de uma nova realidade, na qual os conflitos étnicos engendrados no seio da polarização ideológica se apresentaram como a forma de conflito político mais amplamente difundida. Nesse contexto, o aumento do número de conflitos envolvendo grupos étnicos e religiosos evidencia a necessidade de uma maior reflexão em torno de atitudes que garantam proteção mais efetiva aos direitos civis e humanos de grupos minoritários envolvidos. De particular relevância, é o papel desempenhado pelas organizações intergovernamentais, em especial pelas Nações Unidas, cuja tradição na preservação dos direitos humanos constitui ferramenta importante na busca de soluções de maior viabilidade para a manutenção da convivência pacífica no âmbito internacional.

Constituindo um estudo pioneiro sobre essa questão, o livro *Minorias: Proteção Internacional em Prol da Democracia,* de Gabi Wucher, devota-se a preencher parte da lacuna que caracteriza a bibliografia do gênero. O livro fundamenta-se nos resultados dos estudos desenvolvidos pela autora para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Seu objetivo é analisar os desenvolvimentos feitos nas Nações Unidas com respeito à proteção internacional de minorias, mais especificamente, dentro da Comissão de Direitos Humanos, da Subcomissão de Prevenção de Discriminação de Minorias e do Grupo de Trabalho sobre Minorias. Ao longo de sua argumentação, a autora procura demonstrar que o debate levado a cabo no âmbito das Nações Unidas com respeito ao tema evidencia a indissociabilidade entre as idéias de (i) maior efetividade na proteção dos direitos civis de grupos minoritários e a (ii) presença de um regime político democrático. Numa palavra, as abordagens recentes em torno da questão de proteção das minorias ensejam, segundo a autora, os valores relacionados à promoção global da democracia, ponto amplamente incorporado ao discurso da organização.

O livro atende a uma organização bastante clara e concatenada, rica em considerações metodológicas que garantem solidez e segurança à análise da autora. Fundamentalmente, são três as partes por meio das quais se desenvolve sua argumentação. Em um primeiro momento, dedica-se a desenvolver as questões metodológicas e conceituais que constituirão o foco central do trabalho. São igualmente analisadas as tendências que caracterizam a orientação e o discurso político da Organização das Nações Unidas durante a década de noventa, onde se destaca sua relação com a noção conceitual de "minorias", anteriormente desenvolvida. Ainda nesse momento inicial, a autora se dedica a explicitar as premissas fundamentais que a guiarão ao logo de toda sua argumentação.

Em seguida, aborda os tópicos que constituem o cerne do debate teórico relacionado à proteção internacional de minorias. Nesse momento, sobressai-se um estilo introdutório e genérico, de caráter explicativo e didático, sem que, no entanto, se ausentem considerações teóricas de considerável grau de abstração e densidade. Desta forma, usando-se de uma abordagem inovadora, a autora destaca quatro eixos distintos de relações antagônicas que ilustram as tradicionais polêmicas relacionadas ao tema. Inicialmente, focaliza-se a distinção entre os elementos definidores e classificadores que giram em torno do conceito de "minorias". Em seguida, com respeito ao conceito fundamental de igualdade, que caracteriza os direitos civis dos grupos minoritários, são delineadas distinções entre a não-discriminação – relacionada às minorias *by force* – e a discriminação positiva – que caracteriza as minorias *by will*. O terceiro eixo explicativo diz respeito ao enfoque ao qual deve ser sujeita a proteção, se individual ou coletiva; e o último enfoca o conflito entre o direito à autodeterminação advogado pelas minorias e o princípio de soberania nacional e integridade territorial, exercido pelas instituições nacionais.

Na terceira e última parte, amplamente baseada em documentos oficiais das Nações Unidas, desenvolve-se uma abordagem descritiva onde se delineia o tratamento da questão da proteção internacional de minorias no âmbito da ONU, a partir do início da década de noventa, particularmente 1992, ano da Declaração sobre os Direitos de Pessoas que Pertencem a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas ou Lingüísticas, vista como ponto de partida para a retomada do debate no âmbito daquela organização. Em seguida, a autora usa as noções conceituais desenvolvidas na primeira parte do estudo para tecer, com base em uma ampla série de documentos, uma análise das tendências contemporâneas que caracterizam o debate acerca do tema. Neste ponto, atenção especial é devotada à identificação dos elementos de democracia cuja relação com o debate constituem o ponto fundamental da obra. Na conclusão, Wucher procura resgatar as considerações anteriormente feitas, avaliando-as à luz dos resultados obtidos. Com efeito, é nesse momento em que mais marcadamente se evidenciam algumas das características importantes da obra: seu caráter multidisciplinar, com marcada ênfase nos aspectos jurídicos e sua análise descomprometida e acessível.

---

* WÜCHER, Gabi. *Minorias: Proteção Internacional em Prol da Democracia*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000, 181 p.

** Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB).

Os Direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina *e o Protocolo de San Salvador*[*]

Delchi Bruce Forrechi Gloria[**]

Agrupando o conhecimento teórico provido por sua formação como Bacharel em Direito e em Relações Internacionais, por seu Mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Brasília e, por sua atuação no Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH), Renato Zerbini Ribeiro Leão unificou muitos conceitos puramente teóricos à realidade dos Direitos Humanos, ao discorrer sobre a necessidade da discussão dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) e as Liberdades Civis e Políticas (DCP). Esta obra examina o tímido desenvolvimento e a efetivação precária dos DESC no continente americano, principalmente na América Latina.

Historicamente, a América Latina é reduto das mais diversas raças e culturas mas, por outro lado, é também um centro de pobreza endêmica — incluindo-se da exclusão social à miséria quase absoluta. Dois fatores que se entrelaçam para criar o ambiente dos direitos fundamentais.

O processo de absorção sócio-econômico-cultural está diretamente ligado às liberdades políticas e civis. Estas podem ser efetivadas imediatamente, aquelas, só com o desenvolvimento progressivo. O mais importante, no entanto, é a necessidade de uma estar ligada à outra, não sendo possível considerar a totalidade dos direitos humanos, excluindo-se um deles.

Zerbini faz um breve histórico sobre a atuação das Nações Unidas no fomento e na criação de pactos e tratados internacionais sobre os direitos humanos, ao tocar em fundamentos das cadeias teóricas de Relações Internacionais, como o estado de natureza interestatal — anarquia —, ou o princípio da reciprocidade. Zerbini debate o conceito de nação e do estado-nação moderno nos campos jurídico e político.

Fica claro que tanto na Assembléia Geral da ONU, por meio do seu 3º. Comitê — Comitê Social, Humanitário e Cultural — como na Comissão de Direitos Humanos do Conselho Econômico e Social, uma carga de conflitos ideológicos - que ilustrou todo o conflito da Guerra Fria - prejudicou as negociações e impossibilitou uma maior fluidez nos processos decisórios junto aos Estados, já que a vertente ideológica dominante naquele Estado pôde influenciar a decisão, inclusive ao preterir uma idéia interessante, mas proveniente de uma corrente antagônica.

Após esta explanação sobre os tratados internacionais sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e ainda sobre os de Liberdades Civis e Políticas, vem a indicação dos grupos vulneráveis dentro da América Latina. O autor sugere, mesmo brevemente, que os estes grupos estão nesta situação por não haver, em seus respectivo Estados, desenvolvimento econômico suficiente para englobá-los. Neste momento, sente-se a Teoria do Globalismo, que sugere, no grande capital e no sistema capitalista, o motivo do subdesenvolvimento exponencial daqueles que já são pobres.

Os povos indígenas, as mulheres, as crianças e os migrantes - internos e externos — são, na opinião do autor, os grupos mais prejudicados com o funcionamento da Globalização e da aculturação nacional, que relega singularidades em nome de uma cultura homogênea. O que deve mudar é a visão de um Estado homogêneo social e culturalmente, passando a existir o pensamento de que povos diferentes podem ter os mesmos direitos sem ter que abrir mão de sua cultura.

Após a indicação dos grupos excluídos, há o estudo dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, sob a ótica do sistema interamericano, e ainda o protocolo adicional de San Salvador. Um histórico das atividades da OEA, voltadas para a preservação dos Direitos Humanos, demonstra a importância que este tópico tem dentro das salas de negociação desta Organização desde sua criação, estando na Carta seus compromissos com os direitos fundamentais.

Dentro do Sistema Interamericano, existem órgãos de acompanhamento e da proteção dos Direitos Humanos, sendo seus magistrados escolhidos por titulação pessoal e não como representantes de seus governos. São eles a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A Comissão de Direitos Humanos da OEA é um organismo com disposições legais, políticas e diplomáticas e tem

[*] LEÃO, Renato Ribeiro Zerbini. *Os Direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina e o Protocolo de San Salvador*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2001, 230 p.

[**] Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB e editor-assistente de *RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais*.

como função a promoção e a supervisão dos Direitos Humanos, além de ser um mecanismo consultor da Organização. Este órgão pode receber petições de indivíduos e de representações oficiais sobre denúncia de violações da Convenção de DH. O sistema de funcionamento destas petições possibilita uma discussão sobre a acusação entre o indivíduo ou entidade promotora da acusação e o Estado-réu, sendo a Comissão a mediadora. Caso não haja boa vontade do Estado em cooperar, a Comissão pode adverti-lo e, seguindo o artigo 42, pode presumir serem verdadeiras as acusações. Caso isso ocorra, a Comissão agirá como prevêem os protocolos e convenções sobre a matéria.

O maior mecanismo de aplicação e interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da OEA é a Corte Interamericana de Direitos Humanos, instituição judicial autônoma e consultiva. A Corte pode tomar medidas provisórias e emitir opiniões sobre assuntos sustentados perante a ela por algum Estado-membro ou outro órgão ou agência da Organização. Esta Corte possui a prerrogativa de garantir ao lesado o gozo do direito negado e uma indenização justa. O laudo é inapelável e definitivo.

O último fator de discussão é sobre a universalidade e interdependência dos DH no continente. O autor defende a reestruturação do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e a efetivação dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais conjuntamente com as Liberdades Civis e Políticas, que são complementares e, inegavelmente, tornam-se desnecessárias caso estejam sozinhas. Um pessoa não pode exercer seus deveres políticos se não tem o que comer, ou se encontra-se sempre enferma.

O Protocolo de San Salvador avivou os ânimos daqueles que já estavam acomodando-se pela impossibilidade de lutar pelas liberdades fundamentais sem um mecanismo preciso, sem um mecanismo normativo, mesmo que por vezes questionado.

Os Direitos Humanos estão estreitamente ligados ao desenvolvimento econômico e este aos Direitos Humanos. O impedimento do cumprimento dos Direitos Econômicos, Políticos, Sociais, Civis e Culturais dos cidadãos latino-americanos afeta o próprio desenvolvimento, que, em termos macroeconômicos, estará prejudicado e, em certos casos, impedido.

O que é Via Mundi

O Boletim *Via Mundi* é uma publicação digital de periodicidade trimestral editada pelo Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB) e veiculada exclusivamente em *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais, iniciativa conjunta do REL-UnB e da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (FUNAG-MRE), com o objetivo de congregar a comunidade brasileira de relações internacionais em torno da oferta pública e gratuita de serviços de informação e de pesquisa (disponível em http://www.relnet.com.br).

*A China e o Sudeste Asiático**

Camila Natividade**

A Ásia Oriental tem sido assunto corrente tanto de notícias da imprensa quanto de debates na área de relações internacionais. O tema tem causado grande interesse, pois a região apresenta um perfil social, político e econômico muito diferente do Ocidente e por causa das grandes perspectivas de que a República Popular da China (RPC) venha a ser o próximo poder econômico mundial. No caso do Brasil, há dificuldades de encontrar bibliografia sobre o tema que ofereça uma visão própria dos acontecimentos decisivos da cena chinesa.

A obra do diplomata Paulo Antônio Pereira Pinto, que serve há catorze anos neste continente, e hoje é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé (Taiwan), procura apresentar aspectos importantes da economia chinesa, destacando as perspectivas de desenvolvimento, com seus valores e princípios. Mostra como a Ásia Oriental se esforça em exercer o diálogo e o entendimento, os quais são contrários à confrontação bipolar que dominou o mundo até alguns anos.

A premissa básica da obra é a existência, ao término do século XX, de condições para a concretização do sonho chinês de unidade e prosperidade, a ser alcançada neste milênio. Este processo se iniciou em 1949, tendo seu primeiro sucesso com a consolidação de Hong Kong (que tem papel histórico de contato com o resto do mundo. Depois, houve a reintegração de Macau, a crescente cooperação com Taiwan (cuja reintegração recomporia o antigo domínio territorial do extinto império chinês). Sua fase posterior é em direção ao Sudeste Asiático, onde há comunidades de origem chinesa. Nota-se o desejo de realçar a dimensão cultural chinesa ao visar à convergência entre civilizações do Sudeste Asiático, ao ter examinado os aspectos quantitativos destas relações intra-asiáticas.

É também enfatizada a importância do tema para o Brasil, enumerando-se os seguintes motivos: influência de um novo bloco de megaproporções em que existiriam interesses recíprocos em função da integração e cooperação da Ásia-Pacífico; expansão de fronteiras econômicas da China pelo laços culturais com outras regiões; perspectivas de que, em 2020, a China poderá tornar-se a primeira potência econômica mundial e o interesse de criar vínculos especiais com os países da ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático.

O livro divide-se em sete capítulos e mais um anexo sobre as relações da China com a Indonésia, Filipinas e Tailândia. Na parte inicial, há uma análise da influência político-cultural chinesa nas transformações em curso no Sudeste Asiático, com ênfase nos princípios do confucionismo, tais como: disciplina social e dedicação ao trabalho, destaque na participação comunitária, caráter prioritário da educação, expectativa de liderança governamental, aversão ao individualismo, perspectivas de longo prazo, propensão em evitar conflitos legais e sentido do dever.

Com base nesta ascendência, gera-se novo paradigma, que incorpora mudanças na economia, na produção e na organização da sociedade, ou seja, uma verdadeira redefinição da identidade cultural. Vários países do Sudeste Asiático estão inseridos na esfera de influência chinesa, embora não tenha sido sempre assim. Durante o período de colonização européia, as relações foram desmanteladas e, na época da Guerra Fria, ficaram divididas entre as "vitrinas da economia de mercado" e os "sistemas de planejamento centralmente planificado". Contudo, com o fim da bipolaridade mundial, houve o ressurgimento de influências político-culturais antigas. Assim, o fenômeno da globalização seria, nesta região, a busca de marcos de referência que permitam afirmar valores, idéias e crenças regionais.

Faz parte da preocupação do autor, os grupos de origem chinesa que, em função de sua herança cultural, poderão contribuir para a expansão econômica da República Popular da China. Os chineses ultramarinos são, portanto, os principais atores deste cenário e constituem a força motora da expansão ao sul do país, sendo também os principais investidores do projeto de modernização da RPC.

Formou-se uma rede regional com base em vínculos étnicos, que permite o fluxo de dinheiro, bens, idéias e pessoas entre empresas. A rede de contatos, representada por essa diáspora, é em grande parte determinada por estruturas empresariais com fortes traços familiares.

O processo de expansão da China para o Sudeste Asiático ocorre através de um fenômeno chamado *cross fertilization*, ou seja, intercâmbio de referenciais de valores. Os chineses do ultramar dispõem de relações de empatia com nacionais da RPC por razões étnicas e estão mais bem equipados para compreender o que se passa no mundo dos negócios no exterior, devido à sua

*PINTO, Paulo Antônio Pereira. *A China e o Sudeste Asiático*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 154p

**Bacharelanda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB).

longa exposição a empreendimentos empresariais. Há, então, a emergência de um bloco político de interesses recíprocos, com megaproporções, que exercerá influência determinante no ritmo de integração e cooperação na Ásia-Pacífico.

São apresentadas, ainda, as linhas gerais do período em que a China foi o fator de estabilidade do continente asiático até o século XIX, quando se deu o contato forçado com o Ocidente. Tensões resultantes da abertura moderna chinesa explicam a dinâmica na década de 1950, quando a RPC começou a apresentar-se como um fator de desestabilização para o Sudeste Asiático. Nos primeiros dez anos após a fundação da RPC, uma série de acontecimentos a afastou de seus tradicionais parceiros no Sudeste Asiático. Mas, hoje, a política adotada pela China é um importante parâmetro de referência à medida que influencia um contorno ideológico favorável aos países do Sudeste Asiático.

Posteriormente, segue o autor com uma análise das relações da China com o Vietnã e com a península malaia (Malásia e Cingapura), onde o tratamento da RPC é preferencial porque se identifica como evidência de que ela estaria em processo de integração, o qual ajudaria a superar as divergências de segurança regional para fortalecer as identidades políticas. O próprio conceito de segurança regional para os países da região é mais abrangente, pois engloba as ameaças não só militares, mas também as limitações econômicas, científicas, tecnológicas, políticas e culturais.

O último capítulo diz respeito à evolução da ASEAN, cujos membros, no seu atual estágio, procuram refletir sobre uma agenda própria ao considerar a conveniência de trazer a China para um projeto asiático abrangente, com novas modalidades de paz propiciando a estabilidade necessária para seu crescimento.

De todo modo, ainda há divergências quanto à função — (des)agregadora — da China na Ásia-Pacífico: uns acreditam que se criaram novas condições nesta década para o ressurgimento de uma antiga moldura político cultural; outros, menos otimistas, vêem a China como fator de instabilidade regional, disposta a preencher vácuo político deixado pelo fim da confrontação bipolar.

O fato é que a RPC dispõe de um patrimônio de relações essencialmente tranqüilas em sua maioria, até mesmo positivas, com os países vizinhos. Alguns problemas localizados ainda subsistem e podem tardar a ser superados, tais como a questão coreana, a disputa pelas ilhas Spratlys e o problema da Caxemira.

É recente o deslocamento do poder econômico mundial para a Bacia do Pacífico e, deste modo, a China tem que se preparar para enfrentar desafios como o de evitar disparidades regionais excessivas e buscar suas vantagens competitivas na economia mundial, tentando alcançar transformações numa economia centralmente planificada, de território e população gigantescos e ainda garantir a estabilidade político-social. Assim, ela alcançaria o objetivo final do seu processo de modernização, que é ser uma economia socialista de mercado com equilíbrio entre valores de igualdade e eficiência.

Durante a leitura da obra, o autor tece valiosas considerações relativas ao Brasil e conclui que os desafios do país são encontrar novas formas de interlocução, que considerem os fatores políticos e culturais, que amparam as estruturas duradouras daquela parte da Ásia, que reflitam propostas do Brasil em direção ao desenvolvimento sustentável, bem como a sua experiência de integração gradativa no Mercosul, América Latina e Atlântico Sul.

A obra é clara e objetiva, com um texto bastante informativo, que desperta a atenção do leitor, mesmo que não seja especialista em Ásia. Embora não fosse parte do escopo da obra, como sugestão, o autor poderia ter-se detido mais no processo de modernização chinês, com sua interface nas economias dos países do Sudeste Asiático. De todo modo, é valiosa a contribuição da obra para a bibliografia brasileira de relações internacionais, tão carente de livros sobre uma região que, para muitos, ocupará o lugar mais importante neste século que se inicia.

Como publicar Resenhas e Artigos de Resenhas em Via Mundi

Os arquivos com resenhas simples para o Boletim Via Mundi devem conter em torno de 75 linhas e os com artigos de resenhas devem conter até 180 linhas (ou 6 páginas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12. A identificação do livro deve conter o nome completo do autor, título e subtítulo, cidade da edição, editora, ano e número de páginas. As contribuições devem conter a vinculação institucional e a titulação do resenhista. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha Assunto "Contribuição para *Via Mundi*".

*Abba Ebban e a Diplomacia para o século XXI**

Filipe Nasser**

Abba Ebban é um daqueles raros homens de Estado que conseguem reunir lucidez o bastante para descrever com propriedade e (alguma) isenção as marés de política internacional, que permearam seus anos de vida política. Embaixador israelense em Washington e nas Nações Unidas, foi Ministro das Relações Exteriores de Israel durante alguns dos difíceis anos de Guerra Fria. *Diplomacy for the Next Century* é, na forma como colocara o próprio Henry Kissinger, uma obra que combinaria a arte do Estado (*statecraft*), história diplomática e pincelaria nuances de sua autobiografia. O livro foi originado a partir de um ciclo de seminários e palestras, proferidos por ele, em 1993 e 1994, que compunha seu programa de Ética, Política e Economia da Universidade de Yale, nos Estados Unidos.

A proposta da obra é iluminar o caminho daqueles que encontram na diplomacia e na política internacional sua área de atuação ou interesse. E, é nesse sentido, contando com as credenciais do serviço diplomático israelense e com sua marcante passagem pelas Nações Unidas, que Ebban utiliza sua experiência em campo para demonstrar as peculiaridades, dilemas e amplitudes da diplomacia e política internacional. Sintetiza também algumas de suas principais visões sobre os anos da Guerra Fria, a origem e alcance da potência estadunidense, os estímulos cercantes aos atores internacionais do mundo pós-Muro de Berlim, o árduo processo de paz do Oriente Médio, os sucessos e fracassos das Nações Unidas, a atividade multilateral e os dilemas que enfrentarão diplomatas e outros jogadores das relações internacionais nos anos a vir.

Dentre os principais desafios que a diplomacia internacional que o século XXI fará face, o autor enfoca a eterna dicotomia entre a ética e a moral e as necessidades da arte política. O diplomata, segundo as idéias expressas, é um funcionário dos interesses do seu Estado e não do bem-estar mundial. Portanto, faz-se legítimo que ele coloque a *raison d´État* à frente de preceitos moralmente superiores e de temáticas altruístras do ponto de vista internacional. A diplomacia, a despeito dos choques que vem recebendo, deve ser, sobretudo, pragmática.

É dedicado também um capítulo inteiro sobre a crescente preocupação que tange a proteção internacional dos direitos humanos. Ebban, no entanto, sinaliza para o fato de que, muitas vezes, os governos instrumentalizam a defesa dos direitos humanos como ferramenta de pressão política contra aqueles países que estrategicamente cruzam seus caminhos. Apesar da ampla difusão da humanização da comunidade internacional, a defesa dos direitos humanos é apenas mais uma face dos jogos de poder e comércio das nações. Ainda, é trazido para o debate a insistente participação da mídia, e portanto, da opinião pública, na política internacional. Ao contrário das gerações anteriores, a mídia reúne recursos para tornar pública em tempo real as entranhas da diplomacia e da política internacional. O autor não se esquece, no entanto, de mencionar o quanto a publicidade da diplomacia fere o próprio espírito da prática diplomática, na acepção completa do termo. Em tempo, é posto em choque as vantagens e desvantagens do exercício da diplomacia de cúpula e é lançada em perspectiva a modernização da própria carreira diplomática e de seus canais. Ebban refuta o que é a pedra angular da experiência diplomática, que é a utilização da História como instrumento da política internacional. O autor fortemente alerta para os perigos da analogia, muito embora ele mesmo (e como não poderia deixar de ser) se justifique com ricas amostras históricas.

É flertando com a linguagem literária, diferentemente da *praxis* de levar à exaustão o uso de jargão especializado, que o autor faz suas inferências pontuais. Deve-se reforçar na imagem de Abba Ebban a figura de um ex-diplomata comprometido com a veracidade histórica e teórica do que procura expor. Apesar de se postar claramente como filoamericanista e de não refutar sua origem judaica, o autor não transforma sua explanação acerca da Guerra Fria e dos conflitos árabe-isralenses em narrações maniqueístas, cheias de rancor contra comunistas e árabes. Ao contrário, procura identificar sobriamente as raízes da natureza dos acontecimentos e conflitos para poder demonstrá-los, em causas e efeitos, sem tropeçar em patriotismos ufanistas. É também com caráter muito pouco apologético que trata das casas diplomáticas dos Estados Unidos e de Israel, de forma que seu testemunho do cenário internacional atinge índices mais altos de verossimilhança. Contudo, ao

*EBBAN, Abba. *Diplomacy for the next century.* New Haven: Yale University, 1998, 191 p.

**Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB e editor-assistente de *RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais*.

centrar seus argumentos fundamentalmente nas cabeças de Estado e suas vocações realistas, Ebban esbarra em noções como participação popular, paz universal, democracia e *accountability* do indivíduo como sujeito de Direito Internacional. Ao delinear os paradigmas da carreira diplomática, Ebban se furta também de ressaltar a importância do expressivo aumento dos fluxos de comércio e do ganho de atenções para a diplomacia comercial e de seus fóruns. Seu foco é eminentemente político.

Apesar do seu realismo político, obviamente trauma de seus dias de *realpolitik*, o ex-diplomata percebe a mudança dos tempos. Reconhece que existem novas temáticas a serem abordadas, tanto estrategicamente quanto de cunho global, que não a segurança internacional e a ameaça nuclear. Embora seja um homem da Guerra Fria, Ebban desenha um mundo de fim de século sem desconsiderar a emergência de novos atores, situações, polarismos (ou falta deles), ambigüidades e estímulos. Mas é com bastante ceticismo que diagnostica a função das Nações Unidas no cenário internacional, no passado e num futuro recente, por exemplo. Não se faz esquecer, destarte, do extremo pragmatismo que o ofício diplomático sempre exigirá, segundo ele. Ainda que em tempos de paz sistêmica, de exaltação dos direitos humanos e da formação da consciência de uma comunidade global, a política internacional não deixe de ser, essencialmente, política.

Diplomacy for the next century se não é peça indispensável na biblioteca pessoal dos versados em relações internacionais, é certamente um livro extremamente enriquecedor da área. Talvez falte uma linha contínua através de toda a obra. Não obstante, para aqueles que procuram enxergar os parâmetros da política internacional através de olhos vividos, para aqueles que têm na história diplomática sua área de interesse ou simplesmente desejam fazer uma leitura agradável, por um texto bem escrito e pleno de referências apropriadas, *Diplomacy for the Next Century* é certamente uma leitura bastante proveitosa.

Nota aos Autores de Livros e Editoras

O Boletim *Via Mundi* é alimentado pelas contribuições autônomas de professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais ligados à área, que produzem resenhas e artigos de resenhas sobre os últimos livros publicados no Brasil e no exterior sobre assuntos de interesse para a área. Além disso, o Boletim *Via Mundi* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado dos Departamentos de Relações Internacionais e de História da Universidade de Brasília, que produzem constantemente resenhas sobre a produção bibliográfica recém-lançada no mercado editorial brasileiro. Se a sua editora deseja ver os lançamentos da área de relações internacionais e áreas conexas resenhados e divulgados em *Via Mundi*, envie pelo menos um exemplar para o seguinte endereço:

RelNet - Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais
Boletim *Via Mundi*
Departamento de Relações
Internacionais - Universidade de Brasília
Caixa Postal 04359
Brasília - DF - 70910-970
Brasil

*As origens e a evolução da questão de Timor-Leste**

Frederico Arana Meira**

O período colonial brasileiro determinou, mesmo após quase dois séculos de independência, grande parte das características culturais, econômicas e mesmo políticas que até hoje persistem no país. A influência que Portugal exerceu na formação histórica do Brasil pode também ser observada, em maior ou menor grau, em todos os países, que já estiveram vinculados a uma metrópole. Um desses casos é o Timor-Leste que, assim como o Brasil, esteve durante muito tempo sobre os cuidados dos portugueses. Entretanto, só adquiriu soberania recentemente, por meio de um processo de descolonização complicado, principalmente devido à interferência indonésia.

A questão de Timor-Leste: origens e evolução, escrito pelo Ministro do Itamaraty João Solano Carneiro da Cunha, surge para esclarecer fatos que se sucederam. A obra é resultado do Curso de Altos Estudos (CAE), promovido pelo Instituto Rio Branco, que tem por objetivo aprofundar e atualizar os conhecimentos do diplomata brasileiro em estágio avançado na carreira, de forma a prepará-lo para assumir funções de chefia. Para concluir o curso, Cunha elaborou em 1997 a tese que, junto com uma atualização feita em julho de 2000, resultou no atual livro.

O autor se interessou pela questão timorense, quando da chefia do Setor Político da Embaixada em Lisboa, onde o tema possui grande apelo emocional para opinião pública. Na mesma época, participou das reuniões de inauguração da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) que veio a ser, devido a sentimentos de proximidade lusófona, foro de grande repercussão do assunto.

O livro é organizado em capítulos separados de acordo com as perspectivas de cada país envolvido sobre a questão. Dessa forma, inicia-se através da posição portuguesa sobre o tema que, na década de 70, sofria as reprovações sobre o colonialismo de sua opinião pública interna e da comunidade internacional (principalmente através da ONU). Assim, ao tentar descolonizar progressivamente o Timor-Leste, da forma mais pacífica possível (e também com os menores custos), acaba por assistir em 1975 a Indonésia invadir o território em questão. A partir de então, Portugal enfrentou um grave contencioso com a Indonésia, através de mecanismos internacionais como a ONU e a Comunidade Econômica Européia (CEE), apoiando a causa timorense sob o argumento do direito de sua auto-determinação.

No capítulo seguinte, Cunha observa a posição indonésia, que, sobre o comando do General Suharto, viu a descolonização do Timor-Leste por uma metrópole de tendências esquerdistas como um grande perigo para a estabilidade do país. Em um contexto de Guerra Fria, a Indonésia possuía ideais anti-comunistas na época e, devido a sua heterogeneidade étnica, acreditava que um enclave esquerdista tão próximo ao seu território poderia suscitar ideais revoltosos no meio de seu povo. Assim, a invasão do território timorense, no que veio a ser conhecido como “Operação Komodo”, se tornou indispensável ao governo e foi justificada à comunidade internacional como sendo um suposto abandono em que vivia o território. Desde então, a questão do Timor se tornou um grande constrangimento à Indonésia em vista das acusações, por parte da comunidade internacional, de violação dos direitos humanos e da auto-determinação do povo timorense.

A seguir, Cunha analisa a questão sob o prisma dos próprios timorenses que, segundo estimativas, perderam cerca de 200 a 300 mil vidas humanas direta ou indiretamente pela invasão indonésia. Agrava-se ainda a situação quando se levam em conta os problemas de refugiados e transmigrados que circulavam entre o território e a própria Indonésia. Tal população, que teve na colonização portuguesa um fator aglutinador de seus vários povos, encontrou na Igreja Católica um poderoso aliado na divulgação e defesa de seus interesses. Além dela, apenas os partidos políticos tiveram razoável reconhecimento no exterior. Entretanto, somente em 1999 com a ajuda da ONU foi possível, através de eleições, conhecer a vontade popular de se tornar independente.

No quarto capítulo, há a comunidade internacional no foco das relações com a questão do Timor. Nessa parte o autor identifica primeiramente a posição dos países diante do assunto na ONU, onde diversas resoluções foram aprovadas condenando a atitude indonésia, contudo sem efeitos práticos. O tema seria ainda discutido em outros organismos, como a União Européia e sua relação com a Asean, a Corte Internacional de Justiça, e a CPLP, onde

*CARNEIRO DA CUNHA, João Solano. *A questão de Timor-Leste: origens e evolução*. Brasília : FUNAG/IRBr, 2001. 249p.

**Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB e editor-assistente de *RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais*.

mesmo com a pouca difusão do português entre a população (cerca de 3%), o assunto teve grande repercussão.

Já no último capítulo, é colocada em perspectiva a posição do Brasil diante do assunto, que, devido aos interesses particulares no relacionamento tanto com Portugal quando com a Indonésia, acabou por exigir o máximo de cautela do governo brasileiro. Apesar de algumas variações substancias em sua atuação quando ao tema principalmente antes de 1984, o Brasil procurou reafirmar em grande parte sua posição a favor dos direitos humanos sem, contudo, assumir posições extremadas de forma a evitar constrangimentos com as partes envolvidas.

A obra é sem dúvida um relato detalhado dos acontecimentos no Timor-Leste, em que o autor foi capaz de assimilar todos os mais importantes movimentos no cenário que vieram, de alguma forma, a interferir no decorrer dos fatos. Destaca-se, dentre esses movimentos, o peso que a sociedade civil internacional possuiu em momentos cruciais para a resolução da questão, e como tais fatos foram precisamente percebidos pelo autor. Além disso, a organização e a qualidade da obra tornam a leitura agradável não apenas aos interessados no assunto, como também àqueles que vêem na atuação diplomática uma fascinante face do relacionamento entre Estados.

Boletim de Análise do Estado da Arte em Relações Internacionais
Publicação digital trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – Nº 3 - jan-mar 2001 – ISSN 1518-1227

Publicação digital de periodicidade trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, distribuída exclusivamente em *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (http://www.relnet.com.br).

Redação: editoria@relnet.com.br

*Mr. Gordon e o Brazil**

Paulo Roberto de Almeida**

Em "Mr. Slang e o Brasil" Monteiro Lobato utilizou-se de um recurso conhecido dos escritores desde os tempos de Montesquieu: criar uma personagem independente, necessariamente estrangeira, para poder discutir com uma certa isenção (e, talvez, ao abrigo da censura do rei) idiossincrasias e problemas do seu próprio país. A partir da visão do mundo do circunspecto inglês – como correspondia, aliás, a uma época de hegemonia britânica no Brasil – era possível ao jovem escritor de Taubaté criticar alguns dos absurdos de nossa organização política, social e econômica e propor soluções aos velhos problemas que o angustiavam, sem comprometer-se com o eventual sucesso ou fracasso de suas próprias fórmulas.

Mr. Slang tinha uma fina percepção das deficiências do Brasil e suas críticas deviam ser vistas, na ótica de Lobato, como uma tentativa de superar os grandes problemas da nacionalidade, não como uma confirmação derrotista de nossos piores defeitos. Mr. Gordon, um americano conhecido direta ou indiretamente de todos os brasileiros que estudaram nossa *route* para a ditadura militar, não é propriamente candidato a novo Mr. Slang, tanto porque ele não se refugia em algum sítio inacessível, nem ostenta a arrogância típica dos representantes imperiais da velha Albion. Não há dúvida, contudo, que o simpático e atento espectador de todas os encontros sobre o Brasil realizados na capital do novo império deve ser considerado como um intérprete realista do itinerário econômico e político brasileiro das últimas décadas, bem como, a julgar pelo livro aqui resenhado, um crítico sincero das velhas questões sociais que, já nos anos vinte, retinham a atenção do inglês imaginário e do escritor de Taubaté.

A *Segunda Chance do Brasil* estava no forno há pelo menos uma década e meia e, como confessa o próprio Mr. Gordon, as chances do livro ser concluído tinham simplesmente desaparecido do cenário durante a "década perdida" de desarticulação macroeconômica dos anos oitenta e começo dos noventa. Ele foi salvo pelo "rum creosotado" do Plano Real, que devolveu ao País a esperança de sonhar com a retomada do crescimento e de aspirar ao eventual salto para o Primeiro Mundo, na interpretação do antigo embaixador americano nos governos Jânio Quadros, João Goulart e Castelo Branco. Para aqueles que esperam ver no livro novas revelações sobre o envolvimento americano no golpe militar de 1964, a impressão é de um *déjà vu again*, pois o texto contempla tão somente uma troca de telegramas, nos dias 30 e 31 de março daquele ano, sobre as expectativas de Washington e a disposição da Embaixada no Rio de Janeiro em garantir um mínimo de legitimidade política aos conspiradores brasileiros contra Goulart, o que habilita Gordon a reafirmar sua convicção de que o golpe foi "100% brasileiro".

A obra não trata, contudo, dessa conjuntura ou das peripécias políticas e militares das últimas décadas, mas sim do processo estrutural de desenvolvimento brasileiro na era republicana, com ênfase nos aspectos econômicos e políticos (inclusive no que se refere à política externa) e nas dimensões sociais que permearam a experiência histórica do Brasil desde a época da "primeira chance" – grosso modo a era Kubitschek – até a atual, e ainda aberta, janela da "segunda chance" das administrações FHC. O livro é, com efeito, uma discussão exaustiva – e razoavelmente isenta para um representante da principal potência imperial de nossa época – das razões que impediram o Brasil de atingir o *status* de nação desenvolvida naquela primeira fase e dos requerimentos colocados à sua sociedade e elites políticas para que ele possa fazê-lo na atual. O julgamento do novo Mr. Slang não faz concessões às aparências: enganam-se aqueles que julgam que seu livro poderia mostrar complacência com os militares que derrubaram o populista Goulart e que pretendiam, justamente, alçar o Brasil à condição de "grande potência", mediante doses maciças de investimento pesado e de boa receptividade ao capital estrangeiro. Faltou ao Brasil militar um dos ingredientes que Mr. Gordon julga indispensáveis ao *status* de nação do Primeiro Mundo: a democracia política.

O fracasso da era militar foi de natureza política e o da Nova República, de Sarney a Collor, foi de caráter econômico, pois que o populismo social da Constituição de 1988 e o quadro de inflação crônica vivido até 1994 impediram o Brasil de realizar sua segunda chance de desenvolvimento. Os resultados das eleições de 2002 podem determinar, segundo Mr. Gordon, se o Brasil conseguirá alcançar o que ele chama de "full first world status", ou se o País continuará patinando naquela trajetória errática que Darcy Ribeiro interpretava como sendo um desenvolvimento aos "trancos e barrancos", com tremendas doses de desperdício humano e muita frustração social e política. O livro de Mr. Gordon, diferentemente das interpretações algo impressionistas de Darcy, apresenta uma rigorosa análise econômica e um sensato diagnóstico político sobre os quatro

*GORDON, Lincoln. *Brazil's Second Chance: En Route toward the First World*. Washington: Brookings Institution Press, 2001, 243 p.

**Diplomata. Doutor em Ciências Sociais.

grandes desafios estruturais enfrentados pelo Brasil na presente conjuntura: consolidar a estabilidade macroeconômica, reduzir o grau anormalmente elevado de desigualdade social e de pobreza, continuar o ativo processo de inserção internacional e de engajamento na globalização e persistir na reforma das instituições políticas, pouco funcionais para os requisitos do desenvolvimento integrado de um país tão complexo e diversificado como o Brasil.

Não há porque pensar que Mr. Gordon está interessado em aplicar receitas americanas ao caso brasileiro. Longe disso, ainda que um certo comparatismo com os Estados Unidos, mesmo *deplacé*, seja *de rigueur*: segundo ele nós estaríamos, por exemplo, na situação dos EUA dos anos 20, o que não leva em conta os diferenciais "estruturais" de produtividade que derivam, segundo este resenhista, do fato de ter o capitalismo americano modelado um "modo inventivo de produção" ainda na primeira Revolução industrial, ao passo que nós sempre esperamos por "alvarás d'El Rey" para iniciar qualquer nova atividade econômica e ainda insistimos em praticar uma cultura tecnológica que rejeita, inconscientemente, um sistema patentário intensivo.

Mr. Gordon tem um grande respeito pela racionalidade intrínseca dos dados numéricos – ele já era professor de relações econômicas internacionais em Harvard desde os anos 30, quando metade da atual população brasileira ainda não tinha nascido – e tampouco acredita que fórmulas políticas bem sucedidas num determinado contexto social (como o dos EUA) sejam transplantáveis a um outro cenário institucional. Ele conhece bem o Brasil, os brasileiros e os diferentes autores que ao longo dos anos foram acumulando "explicações" sobre as razões de nosso fracasso ou da não repetição do bem sucedido experimento americano de desenvolvimento econômico e tecnológico e de relativa inclusão social. Leitor de Viana Moog, ele conhece a diversidade de raízes culturais e pode, por isso mesmo, reconhecer no Brasil e nos brasileiros a capacidade de realizar nossa própria modalidade de ascensão ao "primeiro mundo". Seu livro é verdadeiramente equilibrado e completo e, se lido com a isenção que a distância de 1964 nos recomenda, pode ser uma excelente fonte de reflexões para todos nós, de gerações pré- e pós-golpe militar, que pensamos em colocar o Brasil, não no "primeiro", mas num mundo mais desenvolvido e humano como gostariam todos os brasileiros.

Apenas um reparo, do ponto de vista de quem se ocupa profissionalmente das relações internacionais do Brasil desde algumas décadas: para quem freqüentou os meios acadêmicos e diplomáticos e conhece bem nossos agentes do serviço exterior e a própria agenda internacional, Mr. Gordon é bastante cético quanto às chances de o Brasil aceder ao *status* de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU ("It is unlikely, however, that Brazil will fulfill its ambition for a permanent place on the UN Security Council", p. 2).
Se admitirmos que a reforma da Carta da ONU possa ser realizada no futuro previsível e que um novo membro possa ser designado a partir da América Latina, é o caso de perguntarmos a Mr. Gordon: se não o Brasil, quem? O ceticismo é contraditório com a postura de quem acredita que o Brasil pode chegar, efetivamente, ao *status* de potência mundial. Admitida uma hipótese, fica difícil recusar a outra, a menos que a nova Roma já tenha decretado, secretamente, que não haverá reforma da ONU. Trata-se, mais uma vez, de uma realidade que um antigo embaixador brasileiro em Washington, Araújo Castro — e que Mr. Gordon conheceu bem —, caracterizou como sendo o "congelamento do poder mundial", algo inaceitável para velhas e novas gerações de diplomatas brasileiros. Mas, isso Mr. Gordon deve saber muito bem.

Índice de *Brazil's Second Chance* de Lincoln Gordon:

Quem é **Lincoln Gordon:**

Atualmente pesquisador convidado em estudos de política externa da Brookings Institution, um dos mais prestigiosos *think tanks* de Washington, Gordon tem uma vasta experiência acadêmica, política e diplomática, tendo desempenhado funções no Departamento de Estado que o vincularam para sempre ao Brasil. Pesquisador do desenvolvimento econômico brasileiro nos anos 50, depois de ter trabalhado no Plano Marshall e no processo de reconstrução européia, ele desempenhou o cargo de embaixador americano no Brasil na fase crucial da Guerra Fria (1961-66), tendo depois servido como Secretário de Estado assistente para os assuntos inter-americanos (1966-1968). Professor de Harvard desde os anos 30 e ex-reitor da Universidade Johns Hopkins, hoje com 87 anos, Gordon é autor de numerosos livros, entre eles *Eroding Empire: Western Relations with Eastern Europe* (*Destruindo o Império: as relações das potências ocidentais com a Europa oriental*; Brookings Institution, 1987).

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*

Leonardo Abrantes de Sousa**

Desde sua criação em 17 de julho de 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) promove a cooperação e o desenvolvimento das sociedades lusófonas. A intenção de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, quando se uniram em torno deste grande projeto, não foi apenas festejar o idioma comum, mas sobretudo estabelecer um canal efetivo de conversação e compartilhamento de experiências e construir um espaço para a concertação política em seu mais alto nível. Ainda que saudada no dois lados do Atlântico como uma iniciativa importante para os Estados envolvidos, a CPLP não havia sido até então objeto de um estudo mais profundo, que articulasse as evidentes questões culturais envolvidas, mas que também questionasse pela sua instrumentalidade no acervo político-diplomático dos membros.

Neste contexto, o lançamento de "Comunidade dos países de língua portuguesa: solidariedade e ação política", livro organizado por José Flávio Sombra Saraiva, professor de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), rompe o silêncio até o momento observado em torno da instituição. O livro em questão marca pioneiramente os estudos sobre a cooperação lusófona, ao tempo em que também inaugura uma nova coleção de estudos na área de relações internacionais - *Anima Mundi* - lançada pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), que promete reunir estudos sobre as grandes questões internacionais, com o objetivo de dar a conhecer a complexidade da agenda contemporânea e os desafios que portam para a inserção internacional do Brasil.

O conjunto de estudos organizado por Saraiva, que inclui textos de acadêmicos, diplomatas e lingüistas, é uma excelente introdução à causa da cooperação lusófona, onde estão expostas as questões relativas à engenharia política que deu origem à instituição, o papel que pode desempenhar a economia no adensamento dos laços que unem os parceiros e, como não poderia deixar de ser, a função aglutinadora desempenhada pela língua comum. Em outras palavras, o livro em questão nos apresenta o corpo da cooperação lusófona, o cérebro que a coordena, sem esquecer sua alma, ou seja, os povos e as culturas que a compõem.

Como é de todos sabido, a África há muito deixou de ser uma referência especial no conjunto das relações internacionais do Brasil. Com efeito, o trabalho de inserção realizado ao longo dos anos setenta e oitenta pela diplomacia brasileira, que construiu um lugar pertinente para o continente africano nos fluxos de comércio do país, se desfez na década de noventa, processo causado pela crescente irrelevância econômica assumida pelos tradicionais parceiros do outro lado econômico e pelo estado de crise política permanente que se abateu sobre o continente, mas sobretudo pela nova ordem de prioridades que passou a caracterizar o cálculo estratégico da política exterior do Brasil. Esta afirmação pode ser exemplificada pelos índices comerciais – atualmente o continente africano responde por não mais do que 2% do total das correntes de exportação do Brasil, enquanto essa participação era pelo menos cinco vezes maior nos anos oitenta. Sob esse ponto de vista, o lançamento de uma iniciativa diplomática do porte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é oportunidade para se inquerir sobre o lugar que a África pode ocupar nas prioridades internacionais do Brasil.

Apesar do importante arcabouço político em que a CPLP está inserida, vários obstáculos para o seu pleno funcionamento já foram detectados e a sua superação deve ser o principal objetivo de ação dos países membros. Os projetos de cooperação caminham lentamente, e apenas alguns com os Palop - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - estão em execução. Outro aspecto negativo existente está relacionado à própria engenharia política que deu origem à Comunidade, que encontra o seu foco no arranjo 2+5 - em decorrência da superioridade financeira, separa Brasil e Portugal dos Palop. A CPLP ainda enfrenta dois grandes desafios: o pouco conhecimento da Comunidade, que começa agora a estabelecer protocolos e convênios com outros organismos internacionais como a UNESCO e a UNCTAD; e a escassez de recursos financeiros para implementar os seus projetos prioritários.

A CPLP, ainda que com as limitações supracitadas, fez-se presente nos recentes acontecimentos no Timor Leste. Além de cooperar para a pacificação e reconstrução da região, os países da Comunidade apoiam a formalização da independência do Timor, bem como o reconhecimento do mesmo pelas Nações Unidas e firmam o seu auxílio na construção de seus sistemas político e judiciário. Aliás, Timor Leste é atualmente observador na instituição, devendo ser admitido como membro pleno após as eleições de constituição do seu primeiro governo, que devem se realizar em agosto de 2001.

Neste contexto, o lançamento de uma iniciativa como a da CPLP não deixa de causar interesse por parte do público em geral - afinal, o que pretende a diplomacia brasileira com esse projeto? Quais interesses a CPLP permite realizar no médio e longo prazos? Estaria o Brasil em condições de investir em projeto que não apresenta uma instrumentalidade imediata para a sua ação internacional? Como se posicionam os demais parceiros, especialmente Portugal, nesta empreitada? Essas são perguntas que o livro organizado por Saraiva procura responder.

---

*SARAIVA, José Flávio Sombra (Org). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política. Brasília: IBRI, 2001, 203 p.

**Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB e editor-assistente de *RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais*.

*O fim da URSS e a Nova Rússia**

Cristina Soreanu Pecequilo**

Ao entrar no século XXI, tornou-se quase que lugar comum afirmar que o cenário estratégico é dominado pelos Estados Unidos, seguido de perto pelos desafios europeu e chinês, enquanto se observa a decadência da Rússia e das demais repúblicas da antiga União Soviética. Assim, o país que representou uma alternativa ao modelo capitalista ocidental desde a Revolução de 1917 é, aparentemente, descartado como um jogador de peso no sistema, a despeito de sua importância passada e de seus potenciais remanescentes. Igualmente, várias análises que procuram explicar os acontecimentos que precederam o final da Guerra Fria apenas mencionam, sem detalhar, as transformações na ex-URSS na década de 1980. Com isso, toda sua complexidade é relegada a segundo plano, privilegiando-se, mais uma vez, a história escrita pelos vencedores. Todavia, podem-se encontrar textos que supram esta lacuna, destacando-se o trabalho de Angelo Segrillo: *O Fim da URSS e a Nova Rússia- de Gorbachev ao pós-Yeltsin.*

Baseado em sua tese de doutorado em história, que foi a primeira do Brasil sobre o assunto, na Universidade Federal Fluminense, o livro é produto de uma pesquisa em arquivos secretos e fontes primárias russas que apresenta uma abordagem introdutória sobre a evolução da Rússia, antes URSS, dos últimos quinze anos. Dividido em sete partes, o texto começa na *Perestroika*, chegando até as perspectivas da recém-inaugurada Era Putin e traz um panorama abrangente da política e da economia russa, ainda muito pouco conhecido no Brasil.

Dedicado às origens históricas da *Perestroika*, o primeiro capítulo investiga as razões e os caminhos pelos quais os processos de reforma começaram a ser introduzidos na URSS, a partir da ascensão de Mikhail Gorbachev ao poder em 1985. Segundo o autor, apesar de ter tomado o mundo de surpresa, as mudanças buscadas pela liderança soviética eram resultado de um processo de estagnação e desaceleração econômica que já vinha sendo percebido internamente e não representava a primeira tentativa de mudança radical no sistema produtivo. Tentativas de reestruturação haviam ocorrido nos anos 60 sem sucesso, com a URSS perdendo terreno aceleradamente para o Ocidente. Em particular, a URSS não conseguira acompanhar o último salto industrial gerado pela Revolução Científica e Tecnológica.

Inicialmente, tais reformas centravam-se no aspecto econômico, evoluindo posteriormente para o nível político. Adicionalmente, estas reformas também não previam a destruição generalizada do sistema socialista e a introdução do capitalismo, mas sim a sua readequação às novas realidades produtivas e tecnológicas globais, com a correção de deficiência internas. Contudo, conforme identificado no capítulo 2, o encaminhamento da *Perestroika* rapidamente transformou estes objetivos, ao provocar alterações mais profundas e desestabilizadoras no país do que o antes previsto. Neste sentido, fatores domésticos, dificuldades políticas e econômicas combinadas e fatores externos contribuíram para que nem sempre as reformas fossem conduzidas com o sucesso desejado, com alterações significativas de rumos, desde o lançamento do processo. Quatro fases distintas são identificadas: de 1985 a 1987, a descentralização socialista; 1988, a transição; 1989 e início 1990, a economia de mercado; e final de 1990/1991, a desintegração e a restauração capitalista.

Ainda neste capítulo, são destacadas as transformações de poder internas, com atenção ao embate de forças domésticas pró e contra as transformações, abordando-se o golpe de 1991 e a posterior dissolução da URSS. Além disso, identificam-se as modificações econômicas e seus impactos sobre a sociedade e os indicadores econômicos, avaliando as conseqüências da aceleração dos processos de reforma. Examina-se a ascensão e queda de Mikhail Gorbachev: no caso, se Gorbachev foi o responsável pelos destinos da URSS nos anos 1980, sua influência se dissiparia na próxima década, com Boris Yeltsin, com figuras políticas a ele associadas, tornando-se o símbolo da mudança. Posteriormente, no capítulo 3, são identificados os problemas étnicos-nacionais da URSS, enfatizando o seu peso na evolução da política e da economia. A reestruturação da *Glasnost/Perestroika* foi acompanhada por uma disseminação de conflitos internos que dificultaram ainda mais as perspectivas de reforma. A percepção do

*SEGRILLO, Angelo. O Fim da URSS e a Nova Rússia — De Gorbachev ao pós-Yeltsin. Petrópolis: Vozes, 2000. 152p.

**Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora de Relações Internacionais (UNIBERO).

enfraquecimento do centro levou à rápida dissolução do antigo império soviético e o aprofundamento das crises, dando origem à nova Rússia.

Esta nova Rússia, analisada no quarto capítulo, encontrava-se, segundo as palavras de Segrillo, em frangalhos, ao ser criada. O dado, citado pelo livro, que em 1991 a economia da antiga URSS apresentou um crescimento negativo de 8% é impressionante se se lembrar que, apenas alguns anos antes, o país disputava com os Estados Unidos o domínio do sistema internacional. A partir deste período, como mencionado, o principal referencial político será Boris Yeltsin, que se manterá no poder até 1999, enfrentando diversas turbulências durante seu governo. Aqui, o autor apresenta um quadro completo da evolução política e econômica do país, começando pelo processo de privatizações e pelo papel de Yegor Gaidar e Anatoly Chubais. Também é destacada a atuação de Victor Chernomyrdin no início da década, os confrontos entre Yeltsin e o Parlamento, as duas fases da Guerra da Chechênia, as eleições presidenciais de 1996, a crise econômica de 1998, as denúncias de corrupção contra Yeltsin, que começaram a se avolumar em 1999 e a "dança dos primeiros ministros" neste mesmo ano (Chernomyrdin, Kirienko, Primakov, Stepashin e Putin), que culminaria com a renúncia de Yeltsin em dezembro. Tal renúncia, justificada por motivos de saúde, revelou-se uma brilhante jogada política, permitindo que Yeltsin se livrasse das investigações de corrupção e Putin antecipasse as eleições presidenciais, garantindo sua vitória, sustentada pela sua alta popularidade conquistada como Primeiro Ministro, com uma administração responsável da economia e firmeza na segunda guerra da Chechênia.

Neste capítulo, como no 2, é particularmente rica e interessante a descrição do contexto interno e do quadro político russo, com a classificação das principais forças domésticas existentes. Somente para citar alguns partidos descritos pelo autor, podem-se mencionar o Comunista da Federação Russa, sucessor do Partido Comunista na república (no capítulo 5, Segrillo delineia o perfil do movimento comunista na Rússia pós-soviética e os principais representantes desta tendência), Nossa Casa é a Rússia e o Liberal Democrático da Rússia. Mais ainda, Segrillo define o perfil dos oligarcas, membros remanescentes da elite, beneficiados pelo processo de privatizações e reformas, que permitiu uma divisão de domínio de setores fundamentais da economia entre poucos nomes, cuja convivência alterna momentos de cooperação e conflito. Os principais oligarcas são Potanin, Berezovsky, Gusinsky, Khodorkovsky, Aven, Vinogradov, Smolensky e seus perfis e empresas estão sistematizados pelo autor no texto.

Finalmente, nos capítulos 6 e 7, o autor descreve, sem ilusões, as perspectivas políticas, estratégicas e econômicas da Rússia, começando com algumas projeções internas para o século XXI e a retomada de questões já abordadas sobre os acontecimentos de 1999/2000. Fechando o livro, ele lembra a situação caótica e difícil que vem sendo enfrentada pela Rússia nos últimos anos, mas também destaca seus potenciais, principalmente o humano e o intelectual, devendo-se atentar à configuração de forças que se estabelecerá entre os grupos sociais e interesses dominantes do país. Afinal, será deste embate que emergirão os rumos da Rússia pós-Yeltsin, sejam eles positivos ou negativos. Completam o livro três apêndices: as instâncias de poder na URSS da *Perestroika*, o crescimento econômico, com a inflação de 1985 a 1998 e uma cronologia do mesmo período.

Frente a este cenário de tantas contradições e possibilidades, a única certeza que se pode ter sobre a Rússia é que pouco se sabe ainda sobre seu futuro. Contudo, de forma alguma, isto significa que se deve subestimá-la ou deixar de compreendê-la. Para isso, o trabalho de Segrillo oferece um excelente ponto de partida.

Brasil-Argentina: a visão do outro*

Susan César**

O livro recém-lançado "*Brasil - Argentina: A Visão do Outro*", analisa, de maneira muito eficiente, momentos importantes da construção nacional desses países vizinhos, as percepções mútuas, os paralelismos históricos e a forma como suas relações evoluíram para a atual condição de sócios e parceiros no MERCOSUL. Os trabalhos compilados neste volume, editado pela Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG - em conjunto com a Fundación Centro de Estudos Brasileiros – FUNCEB -, são resultados de quatro seminários, organizados no Brasil e na Argentina, entre 1997 e 1999, que contaram com a participação de historiadores, diplomatas e cientistas políticos de ambas nacionalidades.

À luz do processo de integração regional ora em andamento, esta obra representa uma reflexão conjunta entre governo e academia, no sentido de repensar a história desses dois países, que há muito vinha sendo escrita com inspirações de rivalidade e diferenciação, que hoje já não fazem mais sentido. Nas palavras de Luís Felipe de Seixas Corrêa, proferidas na abertura do terceiro seminário que deu origem a esse livro, os objetivos dessas conferências teriam sido três:

> "propiciar o conhecimento e a interação entre historiadores brasileiros e argentinos; estimular uma reflexão comparativa sobre as experiências históricas brasileira e argentina; sugerir abordagens inovadoras sobre os reflexos e as influências que os dois países exerceram sobre o outro, procurando perceber, ao mesmo tempo, de que forma estes reflexos e estas influências se fizeram sentir na construção de identidades de um e outro".

O livro encontra-se dividido em três períodos históricos abrangentes. A primeira parte, *Brasil-Argentina e a Formação da Identidade Nacional,* analisa o momento inicial da construção nacional, onde a rivalidade expansionista entre as coroas da Península Ibérica foram postas em contato direto na bacia do Prata, o que teria gerado uma lógica de separação e exclusão na formação dos países da região. Com base nessa discussão, o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, no artigo *O Brasil e os seus vizinhos: uma aproximação histórica*, comentado por Fernando Novais e Hernán Asdrubal Silva, disserta sobre o tema da identidade brasileira. Traça, desse modo, os antecedentes históricos do Brasil colônia, ao identificar as circunstâncias que individualizaram a sua experiência, e como isso contribuiu para qualificar as vinculações do País a seu contexto regional, em especial com a Argentina.

Destaca-se, ainda nessa primeira parte, o artigo de Carlos Floria que discute as linhas e os destinos do nacionalismo no mundo, e, em especial na Argentina, tratando também de problemas de identidade nacional. Seu artigo é comentado por Boris Fausto, que agrega ao debate a possibilidade de se compararem os nacionalismos argentino e brasileiro, especialmente nas décadas de vinte e trinta. O nacionalismo voltará à baila no livro, posteriormente, por meio da apresentação de Torquato Di Tella, que debate as ideologias nacionalistas que se desenvolveram no Brasil e na Argentina, sob os governos de Getúlio Vargas e Domingo Perón.

A segunda parte, *Brasil-Argentina na Transição ao Século XX: da consolidação das nacionalidades à construção de projetos civilizatórios*, oferece uma variedade muito rica de abordagens e fontes, que perfazem a história das idéias do século XIX, a história da constituição das capitais - Buenos Aires e Rio de Janeiro -, o fenômeno migratório tão relevante para os dois países e, por fim, as percepções argentinas sobre monarquia e república no Brasil. Cabe destacar a análise, apresentada por Clodoaldo Bueno, sobre como o advento da república no Brasil gerou efeitos no relacionamento com a Argentina, sendo que o idealismo imediato teria provocado o abandono da pretensão brasileira de exercer a hegemonia regional e estreitado o intercâmbio entre os dois países. Nesse período de euforia republicana, as demonstrações de cordialidade chegaram a gerar um acordo direto, ao solucionar a questão lindeira das Missões, por meio do Tratado de Montevidéu, mas que posteriormente seria revisto por não contar com a ratificação do próprio Legislativo brasileiro.

Apesar dos importantes laços comerciais e das simpáticas trocas de visita entre Campos Sales e Roca que se seguiram à implantação da República, o contexto internacional apresentava mudanças que poderiam afetar o equilíbrio no Cone Sul, fazendo com que o Brasil logo abandonasse sua visão idealista do contexto hemisférico, assim

---

*FUNAG (Org.). *Brasil-Argentina: a Visão do Outro*. Brasília: FUNAG, 2000, 744 p.

**Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e mestranda em Relações Internacionais da mesma universidade.

como os conceitos de americanização e republicanização, em que baseava sua política exterior. Esta aproximação imediata entre Brasil e Argentina após a proclamação da República, de que fala Bueno, é amparada, no artigo de Isidoro Ruiz Moreno, por meio da constatação de que a Argentina foi o primeiro país a reconhecer o novo regime brasileiro e foram muitas as manifestações de apreço, não só do governo mas de setores importantes da sociedade argentina, o que ele demonstra pela análise de periódicos da época.

Ainda na segunda parte, a historiadora argentina Susana de Sambucetti, por meio da revisão da correspondência diplomática da época, apresenta importante análise da visão dos diplomatas argentinos Jacinto Villegas, Vicente Quesada e Enrique Moreno acerca de um Brasil da década de 1880, na qual foi feita a proclamação da República e a abolição da escravidão. Em contrapartida, os historiadores Francisca de Azevedo e Manoel Guimarães analisam em seu artigo as imagens no império brasileiro sobre as repúblicas platinas, onde se destaca o que chamaram de "pedagogia civilizatória", estudada por meio dos textos didáticos dos manuais de história.

Por fim, Marco Antônio Pamplona realiza um estudo sobre nação e modernidade nas obras de dois ilustres políticos, que, segundo ele, freqüentam o "panteão dos escritores": Domingo Sarmiento e Joaquim Nabuco, desenhando as nações "imaginadas" e "narradas" por esses autores.

A última parte do livro, *Argentina-Brasil - Os anos 30: reflexos e vínculos,* resgata a especificidade desta década, cuja importância extrapola o marco cronológico, segundo Seixas Corrêa, porque teria criado paradigmas de interação que ainda permaneceriam atuais. Inserido nesse quadro, Rosendo Fraga realiza um estudo sobre os vinte acordos bilaterais que foram firmados por Argentina e Brasil, como resultado da troca de visitas presidenciais entre Agustín P. Justo e Getúlio Vargas entre 1933 e 1935, constituindo notável tentativa de impulsionar a integração entre esses países. No entanto, nos anos posteriores, faltaria vontade política para aprofundar essa tentativa de aproximação, o que se tornaria evidente após a divergência de posições na Segunda Guerra Mundial.

Destaque-se a análise de Francisco Doratioto, acerca das políticas do Brasil e da Argentina, em relação à Guerra do Chaco (1926-1936), a cuja exposição foram agregados comentários de Carlos Escudé e Monica Hirst.

A obra termina com comentários de seis acadêmicos sobre enfoques comparativos e paralelismos históricos na análise historiográfica de Brasil e Argentina, em que Jorge Caldeira salienta a necessidade de se fazer uma historiografia que não seja nacional, mas regional.

Brasil - Argentina: A Visão do Outro representa, em síntese, um importante e muitas vezes raro esforço de intercâmbio entre governo e academia para um repensar conjunto de nossa história. Faz-se importante, nesse sentido, a construção de uma identidade regional comum, assim como uma visão clara bilateral nos âmbitos cultural, político, social e econômico, pois pode afirmar-se que os países pouco se conhecem.